

**SR. PRESIDENTE:** Pessoal, boa noite. Agradeço a presença de todos nessa segunda-feira, um dia que é atípico para o COMDEMA. Normalmente a gente faz as quintas. Como essa quinta-feira é feriado, então a gente antecipou pra segunda. Hoje a gente vai fazer a reunião de 224. E aí a gente tem algumas pautas só para passar para vocês. O Regimento Interno, ele está sendo discutido ainda dentro do COMDEMA. Então a gente tinha pautado já para fazer uma análise dele, uma possível votação, mas como a gente ainda não avançou no sentido de já colocar para votação, a gente vai deixar para próximas discussões e as próximas reuniões. Nós tivemos a necessidade de dar uma manifestação ambiental acerca do aceiro que a UFSCar pretende fazer para evitar a questão de fogo, tendo em vista a estiagem que já se aproxima. E aí nós convidamos a Roberta para que ela viesse aqui até o COMDEMA e esclarecesse algumas dúvidas que alguns conselheiros disseram ter. Então a gente vai só pedir para daqui a pouquinho a Roberta vir aqui, esclarecer as dúvidas, que eventualmente os conselheiros tiveram, para que a gente valide, valide, na verdade, confirme aquela manifestação que já foi dada, que já foi referendada pelo próprio Conselho. Logo em seguida nós teremos a apresentação do empreendimento RFL 2 e a questão do Residencial Progresso, uma manifestação sobre o Residencial Progresso. Ok?

As resoluções que a gente vem, o quinto ponto, quinto e sexto ponto, são resoluções que a gente também vem discutindo dentro das Câmaras Técnicas quanto à arborização, quanto algumas questões que ainda não estão definidas. E nós temos também as atas, né, pra serem aprovadas. Robson, quais são? 220? 220, 21, 22 e 223, ok? Então vou pedir para que a Roberta venha até a frente. A Roberta vai tratar então do aceiro que foi autorizado para a UFSCar. Obrigado, Roberta.

**SRA. ROBERTA:** Boa noite. Bom, estou aqui em nome da UFSCar, representando o professor Juliano, que ele está afastado essa semana e não sei se vocês preferem que eu passe uma contextualização em relação aos acervos e aí depois vocês podem fazer as perguntas que vocês acharem pertinente ou se vocês já querem fazer as perguntas. Eu não sei se todo mundo já está contextualizado em relação ao assunto, aí fica a critério de vocês. Então está bom. Nós temos as áreas naturais da UFSCar. Se puder colocar, acho que só imagem.

Bom, só para contextualizar, antes da gente entrar realmente no processo que foi protocolado na SIN para pedido de manifestação ambiental em relação a essa autorização, todos sabem que ali na área da UFSCar nós temos uma área de vegetação, uma área natural, inclusive uma parte dessa área é uma área de cerrado e nós começamos desde 2021, quando nós tivemos aquele incêndio de grandes proporções nas áreas da universidade. No ano seguinte, em 2022, nós começamos um trabalho junto com o Ministério Público Federal, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, em relação à manutenção, a prevenção e combate a incêndios florestais nessas áreas naturais do campus da UFSCar aqui de São Carlos.

E aí, desde essa época nós participamos da Operação Corta Fogo ou como chama agora, SP sem Fogo, onde nós, nos períodos que antecedem aqueles críticos de seca que é agosto, setembro, onde nós temos uma maior incidência de ventos e tudo mais, nós realizamos as manutenções e as ações de prevenção para combate a incêndio. Então nós fazemos queima prescrita, nós fazemos manutenção de aceiros.

E esse ano, na verdade, no final do ano passado, quando nós iniciamos as vistorias para avaliar a condição dos aceiros da universidade e o Corpo de Bombeiros nos acompanhou e o Dr. Flávio Okamoto, que é quem nos acompanha nesse processo como representante do Ministério Público Federal, nos acompanharam nas áreas naturais da universidade e indicaram a necessidade de abertura de dois novos aceiros, que é o aceiro 29, que é aquele maior que fica próximo à ABASC, que parece um L. E o aceiro 30, que é esse pequenininho aqui, que fica na ponta do Y, que é onde acontece a captação de água aqui do município. Eles indicaram a abertura desses dois novos aceiros para que a gente tivesse condições de acessar a área ou que os bombeiros tivessem condição de acessar a área em um eventual incêndio florestal que pudesse acontecer como ação preventiva.

E aí, o que acontece? De acordo com o Código Florestal, para abertura de aceiros, especialmente para prevenção e combate a incêndios florestais, não há necessidade de autorização ambiental. Por quê? Porque é uma medida de prevenção. A gente está evitando que possíveis acidentes possam acontecer na área. Porém, o que acontece? A UFSCar, eu trabalho na Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, junto com a professora Érica Pugliesi, que é a nossa secretária geral e nós temos, como praxe dentro das secretarias solicitar autorizações ambientais todas as vezes em que houver a necessidade de remoção de exemplar arbóreo nativo. E é o caso dessa área. Vai haver a necessidade de

remoção de alguns exemplares nativos, apesar de ser para abertura de aceiros e a gente não ter a obrigatoriedade dessa autorização nós, de praxe, pedimos para evitar qualquer tipo de problema ou em relação a qualquer tipo de questionamento em relação à sociedade, com aquilo que a gente está removendo das áreas naturais. E aí nós entramos junto a CETESB, que é quem nos emite as autorizações ambientais para remoção de exemplar arbóreo nativo. E um dos documentos que a CETESB pede nas autorizações ambientais é a manifestação ambiental do município. E o que é a manifestação ambiental? Acho que todo mundo sabe, mas só para registrar. É o município dizendo que, de acordo com o zoneamento ambiental do município, aquela área pode receber a execução daquela determinada atividade. E aí foi quando nós entramos com o pedido dessa manifestação ambiental, que também é uma atividade de praxe, que sempre é solicitada para a Secretaria de Meio Ambiente, para qualquer tipo de autorização que a gente peça, seja para remoção de exemplar arbóreo, para intervenção em área de app, a gente entra com essa solicitação de manifestação ambiental. E aí nós entramos com essa solicitação em fevereiro e viemos aqui, no COMDEMA agora. Então, essa é mais ou menos, a contextualização do como nós chegamos no pedido de manifestação ambiental para vocês. E eu acho que foi levantada a questão de ser uma área, acho que de APREM, né? Mas aí eu vou deixar vocês realizarem as perguntas e tirar as dúvidas. Mas essa é a contextualização básica. Esse aceiro menor, que é o 30. Ele tem menos de 1 mil metros quadrados de área, então ele é um aceiro bem pequenininho. É só mesmo para dar acesso, porque se acontece um incêndio ali na área do Y, ele chega ali na área da UFSCar. Porque não sei se vocês perceberem bem na pontinha do Y, nós já temos ali um bosque que permeia, que é onde fica o lago, bem ali no meio, é uma vegetação que corta, área norte, área sul e ali nós temos o bosque do RU. Então se pega fogo, se acontece um incêndio florestal ali no Y, a gente não consegue acessar porque eles têm uma conexão ali, então vai pegar fogo e vai entrar dentro da universidade. Aí nós temos departamento de química. Nós temos áreas que são povoadas, que tem estudantes, tem professores, tem pessoal que está ali. Então a gente precisa evitar isso. Por isso da construção, da estruturação desse aceiro 30 bem na pontinha ali do Y.

Bom, acho que era isso. Gabi, quer falar alguma coisa, gente? A Gabriela trabalha com a gente lá na SGAS também. Ela me acompanhou porque, às vezes, tem alguma dúvida ou eu esqueço de falar alguma coisa. Acho que é isso, né, Gabi?

**SR. PRESIDENTE:** Pode. Eu só vou pedir pra falar o nome e a quem pertence por conta da gravação. Ninguém te conhece, né, Pedro?

**SR. PEDRO:** Boa noite, Pedro. Defesa Civil. Eu só quero colocar que a gente esteve como Defesa Civil na UFSCar na semana passada, verificamos as duas áreas. A L 29, se não me equivoco, aquela que dá e que dá divisa com a antiga ABASC, a ABASC do lado deles que vai o cemitério, eles já fizeram um aceiro no solo, já retiraram. Então essa área já do outro lado está, isso o doutor Okamoto tinha pedido, nós já registramos. Eu, na verdade, nós fomos, acompanhando com eles, tiramos foto para ver toda a área. E a outra é importante porque dá proteção ao Parque ecológico.

Então é muito importante que seja feito também ao outro. E eu só queria dizer assim por parte nossa, da Defesa Civil, nós estamos emitindo, já devíamos ter emitido, na verdade, um relatório que vai pra CETESB, posicionando a favor de fazer e mantendo essa área que a própria universidade está propondo. Baseado nas leis, no artigo 8º do Código Florestal, por exemplo, porque tem mata nativa, vai se retirar, mas é uma coisa que vai dar uma segurança, pelo menos, para aquele local. E lembrando a todos que estão aqui que, no ano passado, o número de incêndios de focos de incêndio que tivemos, 99 9% foram todos provocados por pessoas. Então, assim, tudo que puder ser feito agora, por enquanto, a cada 15 dias está chovendo. Mas setembro, outubro vai ter seca mesmo. Então a gente tem que se preparar. Só isso. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado, Pedro. Mais alguém? Paulo.

**SR. PAULO:** Boa noite a todos e a todos. Boa noite, Roberta. Acho legal quando essas questões são trazidas aqui para o COMDEMA gente tomar conhecimento, como estão as nossas áreas naturais e ali a área da Federal é muito importante. Assim, pelo conhecimento que eu tenho da equipe técnica da Secretaria de Gestão Ambiental da Universidade Federal, não tenho dúvida dos cuidados que vocês tomam, que são necessários. A pergunta que eu tenho é quantos exemplares arbóreos que vão ser suprimidos?

**SRA. ROBERTA:** 27. Nativos, tá? Porque vão ter outros tipos de vegetação que vão ser retiradas, mas aí são exemplares que são exóticos. Mas nativos acho que é 27 ou 29.

**SR. PAULO:** É um número até que significativo. Mas eu acho que a causa é boa, necessária. Boa, talvez não seja, mas necessária. O ideal é que não tivesse fogo mesmo. Agora, o que eu gostaria, Roberta, e até aproveitando as circunstâncias que a gente está aqui, eu estou aqui do lado da representante, a Sandra, que é da Embrapa Pecuária Sudeste e aqui na minha frente tem a engenheira Ana Paula Castral, que trabalhou comigo junto à Prefeitura.

E a gente tem uma reivindicação antiga junto à Universidade Federal, que foi um projeto que a gente criou de um corredor ecológico que viria desde lá do 29, das matas da Embrapa Pecuária Sudeste até o Y, do Córrego do Espraiado, que fica dentro da Universidade Federal, juntando com as matas também da Fazenda Engenho Velho. E aí a Embrapa fez a sua parte, fez esse corredor ainda... Eu acho que até 2010, 2012, no máximo. Até um pouco depois, mas a Universidade Federal nunca fez a parte dela, que é tirar os eucaliptos ali entre as nascentes, o Y do Córrego do Espraiado e a Mata do Engenho Velho para completar esse corredor que juntaria então desde a nascente do Y até lá no 29. Então essa reivindicação que eu volto a fazer para a Universidade Federal. Muito agradecido.

**SRA. ROBERTA:** Imagina, eu que agradeço. Posso só falar? Desculpa, qual é o nome do Senhor? Paulo Mancini, sim. Senhor Paulo, então, com relação a essa questão do corredor, nós estamos em um processo, eu não sei se todos aqui sabem, mas a universidade já fez a retirada de um talhão bem grande de eucalipto da área, que inclusive é um projeto de extensão da universidade que está sendo conduzido junto a FAI. A área, ela foi passada para a administração da FAI para que a gente pudesse fazer a remoção desses eucaliptos e o recurso ser revertido realmente para essa área. Tanto que nós temos algumas parcelas que estão sendo estruturadas, acho que o Pedro conhece lá, o projeto do Lucas e da Raquel, onde eles estão fazendo a recomposição do Cerrado nessas parcelas.

Então, com a retirada desses eucaliptos, isso está sendo possível. Porém, a universidade, ela passa por uma questão muito burocrática, porque não depende da administração somente. Nós temos uma outra área de eucalipto que já foi solicitada a remoção, porém ela ainda está em tramitação para operacionalizar isso dentro do que a legislação nos fala, porque nós seguimos a legislação federal, então nós não podemos, por exemplo, simplesmente tirar o eucalipto e vender. A gente tem que passar por um processo de desfazimento, isso leva tempo, tem que ter leiloeiro, contratar uma pessoa para fazer isso. Então, é um processo que realmente algo que demora um ano para Embrapa, por exemplo, vai demorar seis, sete para a universidade por conta disso.

Então assim, mas é algo que realmente está em andamento dentro da universidade. É algo que a gente está nos projetos ambientais da universidade, mas é algo que, infelizmente, por conta de toda essa morosidade de legislação e de dependermos de outros órgãos para executar, a gente acaba não conseguindo fazer com tanta rapidez.

**SR. PAULO:** Tá ótimo. Eu só colocaria então como recomendação do COMDEMA que a compensação ambiental desses 27 exemplares de árvore nativa pudesse ser feita na constituição desse corredor, ainda que demore, mas eu acho que é uma boa para a gente estar lembrando.

**SRA. ROBERTA:** Obrigada.

**SR. PAULO:** Eu gostaria também, se você tiver, mas não tiver, não tem problema de informações sobre o descomissionamento da barragem lá da Federal e como é que está esse processo.

**SRA. ROBERTA:** É isso que eu ia falar, que eles têm uma comissão lá, mas infelizmente a professora Érica é quem faz parte da comissão e aí eu não saberia dizer. Mas qualquer coisa também a gente pode marcar. E se tiver alguma dúvida em relação ao material que vai ser passado, a gente também pode esclarecer, mas acho que o senhor sabe mais do que eu.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Só pra complementar, Paulo, aqui o número de espécies não é tão importante quanto avaliar se elas são espécies em extinção ou a funcionalidade dessas espécies. Aí é o mais importante é resgatar sementes ou alguma coisa. Ter essa preocupação, na minha opinião, é bem importante.

**SRA. ROBERTA:** Inclusive esse projeto de restauro do Cerrado que tem sido feito lá na universidade. Nós temos uma equipe reduzida, pequena, vocês sabem como é também lá na Embrapa, mas que tem continuamente fazendo coleta de sementes, quebrando dormência, levando para laboratório,

testando qual a melhor forma de fazer com que elas germinem. A gente está com uma parceria com o Instituto Federal também nos ajudando nisso, com outras fundações, que tem trazido um pouco de conhecimento para compartilhar com a gente. E eles tem conseguido fazer mudas brotarem de exemplares que são super difíceis de quebrar em dormência e germinarem. E até convido você para se quiser conhecer o viveiro lá da SGAS, a gente tem o Lucas, o Lucas Sanglade, que ele é o nosso técnico em agropecuária e ele que está fazendo todo esse trabalho de coleta de sementes junto com alguns alunos de graduação e que estão conseguindo recuperar exemplares que nem tinham no nosso Cerrado e ele está conseguindo, que já tinham sido do nosso Cerrado, eles não estavam mais presentes e ele está conseguindo trazer de volta para poder levar lá para a área, inclusive ali, aquela avenida interna ali da UFSCar, é a Transfederônica. Nós precisamos fazer a retirada de vários eucaliptos que tinham ali. Isso até deu um monte de problema porque todo mundo questionou: Mas por que está tirando a vegetação?

A gente estava com um problema com eucaliptos que poderiam cair na caldeira da Papelão São Carlos, então a gente teve que retirar e eles fizeram o plantio de só de exemplares do Cerrado. Inclusive já tem pequi nascendo ali, as flores, já dá para ver, espontâneo. Então assim, eles colocaram vários exemplares de Cerrado ali para fazer a reconstituição daquela área. Está super bonito.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Parabéns! E outra coisa que eu gostaria de comentar aqui só como comentário que, para as áreas assim de bordas de estrada, a Embrapa, ela lançou uma grama de porte baixo por aí, a cultivar por aí, e elas fizeram um experimento com queimas. Ela, praticamente nem queima. Então ela tem esse potencial que eu acho que a gente depois... Porque o que a gente tem para fazer para evitar incêndios é manejo dos combustíveis, né?

**SRA. ROBERTA:** Exato, é por isso que a gente participa da SP sem Fogo, onde a gente faz a queima prescrita.

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu acho que tem a lei do manejo integrado, do fogo que a gente tem que, eu acho que se unir um pouco mais para ver como que a UFSCar perto da Embrapa, como é que pode fazer um planejamento melhor para fazer o controle.

**SRA. ROBERTA:** Perfeito. Obrigada. Gabi, você marca? Obrigada.

**SR. RENAN:** Boa noite, Rennan, da APASC. Na verdade, são três curiosidades, dúvidas que eu gostaria de tirar. Algumas pessoas me procuraram para tirar dúvidas sobre esse processo e tal. O primeiro eu estava vendo aqui nos documentos que cita, que houve uma parceria com o Corpo de Bombeiros também no processo.

**SRA. ROBERTA:** Isso.

**SR. RENAN:** Aí eu queria entender um pouco melhor como é que foi esse contato, no que foi essa parceria.

**SRA. ROBERTA:** Bom, quando nós tivemos o incêndio lá em 2021, nós começamos, não começamos, mas assim, a professora Érica tinha assumido a Secretaria e aí veio toda essa questão do como a universidade poderia participar das operações corta fogo. Como que nós poderíamos iniciar esse processo? Então houve uma movimentação. Quando aconteceu o incêndio, nós tivemos que responder porque, como nós somos um órgão federal, nós tivemos que responder para as instâncias federais, inclusive Ministério Público Federal, Polícia Federal. Abriu-se um inquérito em relação ao fogo, porque foi um fogo de extensões absurdas. Queimou uma grande parte das áreas naturais da universidade.

E aí, nesse sentido, uma das recomendações que foram surgindo nessas negociações e nessas conversas foi que a UFSCar integrasse esse movimento do Estado de combater incêndios florestais. E aí nos foi feito o convite para entrar na Operação Corta Fogo, o SP Sem Fogo. E daí surgem as reuniões, os contatos e o Corpo de Bombeiros de São Carlos, junto com a Defesa Civil e tudo mais, sempre se mostrou aberto para nos auxiliar nessa questão, tanto que a queima prescrita, quem conduz nas áreas da universidade é o Corpo de Bombeiros de São Carlos.

Então nós passamos por um treinamento. Nós estamos estruturando uma pequena brigada de incêndio dentro da universidade. Nós temos já o caminhão com... Pedro, como chama aquela bomba que vai atrás do caminhão? O kit de combate a incêndio. Sim, fomos pioneiros, né? E aí, a partir disso, todo ano nós realizamos a queima prescrita com a participação. Esse ano mesmo houve um treinamento que participaram vários órgãos, a Defesa Civil, nós, o pessoal de cidades, municípios aqui da região, Dourado, Ribeirão Bonito e nós participamos desse treinamento. No período da manhã nós tivemos toda a parte

técnica e, na parte no final da manhã para o começo da tarde, teve a queima, onde as pessoas que estavam envolvidas nesse processo participaram ativamente. Então todo ano a gente faz a queima prescrita. Esse ano ela ainda não aconteceu por conta da chuva. Todas as vezes que o Corpo de Bombeiros vai até a universidade e coloca fogo para testar as áreas que vão participar da operação, porque eles escolhem a dedo as áreas, que são áreas onde a gente tem muita matéria combustível. Nós temos muita braquiária lá no Cerrado, na universidade, nas áreas naturais e é matéria combustível pura. Então eles escolhem algumas áreas para queimar essa matéria, esse combustível para que, se acontecer o fogo, para que a gente tenha o mínimo possível de matéria orgânica para queimar.

E aí esse ano a gente ainda não conseguiu fazer porque as áreas estão úmidas. Então coloca fogo, dá cinco minutos, ele apaga sozinho. Então a gente está esperando, só que a gente tem até o final de julho para fazer a queima acontecer, porque aí agosto já começam os ventos e aí o controle do fogo já fica um pouco mais difícil. Lá na primeira vez, né?

**SR. RENAN:** A segunda curiosidade. Eu não entendo como funciona esses projetos de aceiro e tal, mas eu estava observando que nos dois casos existe uma estrada praticamente em paralelo com as linhas, tanto no maior quanto no menor. Aí eu queria entender como é que é o critério, como é que é pensado o posicionamento desses aceiros, se essas estradas, esses espaços, não daria para ser utilizado também ampliado? Não sei. Para ter um impacto menor dentro do Cerrado e utilizar essas estradas, porque eu vi pelo Google Earth, não foi lá, mas eu vi que nos dois casos tinha estradas em paralelo e muito próximas assim, não daria para ser feito isso?

**SRA. ROBERTA:** Então, o 'ter estradas' não significa que elas vão te dar acesso às áreas que você precisa acessar no momento de fogo. Então, assim, porque ali a gente vê que tem aqui aquela rodovia que vai para Ribeirão, que é ali onde passa na ABASC e a gente tem um aceiro logo ali. Mas se você perceber na frente desse aceiro, a gente tem uma área natural, então ele não está conectado com a rodovia. A gente tem um espaço ali e logo atrás dele a gente tem uma área de vegetação bem densa. Então, se a gente não tiver o acesso a essa área, pelo menos para tentar combater fogo contra fogo no momento que precisar, a gente não consegue segurar esse fogo e, dependendo da intensidade que ele vier e do vento, ele pode pular. E aí a gente tem do outro lado ali, nós temos condomínios, nós temos o Samambaia, nós temos o bosque. Ali no meio, nós temos IFSP. Então a gente tem que tentar segurar.

Por isso que a gente tenta margear essas áreas onde tem adensamento de vegetação para que esses aceiros aconteçam. E, quando houve essa vistoria do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, eles indicaram essa área, está vendo essas linhas vermelhas aí? Para que tivesse a conexão entre elas e essa pequena área que não tinha nenhum aceiro desenhado ainda. E aí, como é que você faz para acessar se você tem uma área que pega fogo ali? Você não consegue chegar. Porque se a área estiver muito fechada, o caminhão não entra. Se as árvores estiverem se tocando, por exemplo, ele já não pode entrar, mesmo que tem o aceiro, se você tiver árvores que se toquem e puder o fogo pular de um lado para outro, você já não... Pelo menos isso foi a orientação que foi passada para nós lá no treinamento do Corpo de Bombeiros. Pedro, me corrija se eu estiver errada, mas não pode entrar, você não pode passar. Você imagina numa área que não tem aceiro, como é que você faz para fazer o combate?

E ali são áreas que estão próximas às zonas construídas nas margens da universidade. Então a gente precisa ter acesso a essas áreas. Pedro, quer complementar alguma coisa dessa questão dos aceiros?

Gabriela Strozzi, que é a outra técnica que trabalha junto com a gente, mostrou essa área e qual é o problema? Tem muito acesso de pessoas. E que nem o Pedro falou. 99,9% das vezes os incêndios são criminosos. Então também tem essa questão da vulnerabilidade. Essas áreas são escolhidas tanto pela questão do combustível quanto pela vulnerabilidade.

**SR. PAULO:** Não, é que eu quero especificar uma coisa. Até isso a gente discutiu com o com o capitão que está atualmente. Os caminhões novos do Corpo de Bombeiros de que estão em São Carlos são todos novos. Quando você entra numa área de incêndio florestal, normalmente você tem uma radiação de 100 graus. Se eu estou com um macacão todo apetrechado eu quase não sinto, mas se eu tirar meu celular para tirar uma foto, o celular não vai funcionar, porque ele já te avisa que está em off e os caminhões, passou dos 120 graus, eles pararam de funcionar também. Os chips dos caminhões pararam de funcionar. Então, se você vai entrar numa área onde você tem um aceiro muito pequeno ou uma estrada, e eu tenho um fogo dos dois lados, a chance de eu perder o caminhão e puder morrer gente, é fácil.

Então a gente estava discutindo porque hoje quem fazer um curso pra combater a incêndio florestal, a primeira coisa que se fala é abandono de área. Ah, eu vou entrar lá do lado do Parque Ecológico, onde está pegando fogo? Como eu vou fazer para abandonar? Depois vejo como vou combater, porque é rota de fuga. Por quê? O que aconteceu? Do Jataí perderam um caminhão e uma pessoa morreu. E a perda de uma vida num incêndio florestal é muito caro. Isso aí não dá. Então, assim, a visão que a gente tem e o interessante é que a Prefeitura, por exemplo, se desfez do jipe nosso de 76 porque era carro velho, né? E era um veículo que eu podia colocar o equipamento atrás, aquele kit e combater, e ele ia passar a 300 graus. Se o pneu não pegar fogo, ele vai embora.

Então, assim, na verdade, a gente está atendendo situações ambientais que a tecnologia nossa nova, não está atendendo. Então assim, é importante. Então, todos esses detalhes que o bombeiro passa para a gente, porque assim, eu vou ser sincero, o bombeiro que quem nos dá as informações, né? Então é muito importante. Por isso esses aceiros, largura, a largura de entrada, até não vem ao caso, mas eu vou dizer. A gente esteve no Capão das Antas e os caminhões de bombeiros não conseguem entrar lá dentro e nós tivemos incêndio ano passado. E agora fomos com o Dr. Okamoto, etc. o caminhão bombeiro não consegue entrar. Então se esse ano estiver incêndio vai queimar. Então é importante que a Federal faça isso aí, até as estradas estão ótimas, eles já mexeram em todas, todas estão largas. Você consegue. Então, isso eu acho que é isso que é importante, a prevenção.

**SRA. ROBERTA:** Só para finalizar, essa parte vermelha que está rachada em vermelho é o entorno da universidade, tá? Essa parte amarela são os dois novos aceiros. Mas no meio de toda essa área natural nós temos diversos aceiros. Então esse aceiro 29, ele vai fazer conexão naquela curvinha ali, naquele rabinho que ele sobe, ele faz conexão com outros acervos. Então, além de ser essa questão da rota de fuga que foi traçado rotas de fuga, caso haja um incêndio de grandes proporções, é também uma necessidade de conexão com outros acervos que já existem.

Esses dois aceiros ainda não foram abertos, a gente está esperando essa autorização para fazer isso, mas ele já está licitado, a gente só está esperando a autorização para empresa abrir. Inclusive, a gente quase perdeu o processo por conta do prazo que está se estourando aí.

**SR. RENAN:** A terceira já foi respondido que era sobre as espécies ameaçadas, mas eu também vi aqui no documento que fala que não tinha nenhuma presente e tal. Mas agradeço a atenção.

**SRA. ROBERTA:** Imagina. Eu que agradeço as perguntas.

**SR. GIOTTO:** Boa noite. Meu nome é Giroto, sou terceiro sargento reformado da Polícia Ambiental e biólogo. Eu vivi nesse mato aí. Eu lembro quando era Cerrado de fato, hoje nós estamos voltando a tentar trazer o Cerrado de volta e isso já era Cerrado. A universidade fez um acordo com a Ripasa, arrancou Cerrado e plantou eucalipto. A desculpa era que a Ripasa e a manter caminhões pipa pra que o cerrado que restante não pegasse pouco. A pergunta é, a minha posição. Aproveitem que estão tirando o eucalipto e alarguem esse aceiro. Aquela parte de cima todo, acho que 90% dos focos de incêndio que atingiram essa área veio do vizinho, veio da parte de cima lá e da lateral onde tem a via asfaltada. Alarguem esses aceiros. Aproveite que estão tirando o eucalipto e alarguem esses aceiros. Na cerca foi plantado o sansão, vocês não conseguem fazer a manutenção. Se nós andarmos lá na divisa com a Fazenda Engenho Velho, não tem manutenção. Tem a estradinha onde todo mundo passa lá, vai fazer caminhada, mas não tem manutenção da cerca da divisa lá em cima.

Então deem uma volta lá em cima, façam a manutenção lá também. É uma posição que eu acho que... Tudo bem, precisa ser feito aquele aceiro sim, para dar acesso, mas eu acho que o principal é: na margem da rodovia ali asfaltada que vai pro 29 e na divisa com a Fazenda Engenho Velho. Todos os focos de incêndio que ocorreu na área da federal e que pode atingir o parque vem daquela área. Só lembrando, existe um triângulo quase aqui no... Como é que chama aquele manancial, Ana? Aí é o Espriado. Não, o Monjolinho. No canto, você passou a ponte, até fazer a curva lá em cima tem um triângulo que pega fogo todo ano. Aquilo lá é do sindicato da Universidade Federal e ninguém cuida daquilo. Ninguém. Todo ano pega fogo aquilo lá. Então deem uma olhada nisso e cobrem do pessoal lá do sindicato pra fazer aceiro também. Só isso.

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado. Vou passar para o Paulo.

**SR. PAULO:** Brevemente, só uma reflexão que a gente tem um paradoxo. Que a gente quer proteger as nossas áreas naturais e, para protegê-las, a gente precisa criar áreas desmatadas, que são os aceiros, né?

É um paradoxo, mas a realidade é assim mesmo, é dialética, né? Então, não duvido dessa necessidade. Mas hoje nós temos novas tecnologias que eu acho que podem ajudar a gente, às vezes, não ter tanta necessidade de aceiros, que são os drones. Então, não sei se nas nossas universidades, nós temos aqui em São Carlos uma fábrica de drones e temos duas grandes universidades, centros de pesquisas, né?

Eu sugiro que se constitua um grupo de pesquisas para estar utilizando essas tecnologias no combate a incêndios, porque aí você não tem tanta necessidade de entrar com caminhão no meio ali do fogaréu para combater. É isso. Muito agradecido.

**SRA. ROBERTA:** Senhor Paulo, a questão do drone hoje para, vamos dizer assim, para fiscalizar essas áreas ou para fotografar, até para fazer um acompanhamento de como está, inclusive, essa regeneração do cerrado que está sendo conduzida. Nós temos uma pessoa lá na UFSCar que trabalha em parceria com a SGAS. Inclusive a semana passada mesmo elas levantaram voo com drone para avaliar as áreas. Porém, no incêndio, a coisa é um pouco mais complicada, porque a universidade não pode levantar drone. Isso foi passado para gente no treinamento de combate a incêndio que nós tivemos agora o mês passado, porque precisa de autorização para fazer o levantamento de drone.

Inclusive, têm drones específicos para combate a incêndio que ainda não tem, eles estão em negociação, estão em desenvolvimento e aí eles ainda não têm isso, porque ele tem que ter uma capacidade... No treinamento, eles até mostraram um vídeo de um incêndio de grandes proporções que aconteceu nos Estados Unidos e eles utilizaram drones para ajudar a minimizar o calor e diminuir a intensidade do fogo. Porém, aqui no Brasil, a gente ainda não tem. E qualquer tipo de voo: Ah, vai levantar voo para tirar foto ou para ver como é que está o entorno, como é que está o fogo, para onde ele está indo, para onde ele está vindo, tudo isso precisa de autorização. A gente não pode. E o Corpo de Bombeiros é quem faz isso. Nós não temos nem autorização, nem licença para fazer esse levantamento. É algo que eu acredito que em alguns anos deva existir, né? Sim, sim. Exato. Não, e dependendo do tipo de drone que você levanta, ele não aguenta a temperatura. Tem que ter uma distância mínima que tem que ser mantida.

Então tem uma série de questões que eles passaram para a gente nesse treinamento, porque foi questionado, né? A gente pode usar drone? Pode levantar drone na hora do incêndio? Não, não pode, porque você acaba dificultando, inclusive, o trabalho. E outra, tem alguns que usam bateria, que são extremamente explosivas, então se cai ali no incêndio por algum motivo de problemas técnicos, ele vai contribuir ainda mais para o aumento daquela expansão do fogo. Gabi, alguma coisa? Trava, né?

**SR. LAERTE:** Boa noite, Laerte Rigo, da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos. Só complementando. Quem quiser saber sobre o uso de drones, a AEASC em abril trouxe um grande especialista da Expo Robots para uma palestra de 01h30. Isso está disponível no nosso site dentro das palestras. E exatamente o que ele colocou que não há condição, que a gente perguntou: Vamos usar os drones para os combates? E ele deixou muito claro que ainda a eficiência seria nenhuma. Pelo tempo de levar um drone até o local e voltar. Então o tempo de bateria desses drones não dá ainda para fazê-lo. Então foi isso aí. Mas quem tiver o interesse está no nosso site da AEASC esta palestra, foi em março.

**SRA. ROBERTA:** Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado, Roberta. O assunto é bem legal porque tem bastante polêmica, pessoal, curiosidade, mas a gente também tem uma pauta um pouco mais extensa. Então agradeço a sua presença.

**SRA. ROBERTA:** Posso tirar uma dúvida? Aproveitando que os conselheiros estão aqui?

**SR. PRESIDENTE:** Claro.

**SRA. ROBERTA:** Na verdade, é uma dúvida pessoal minha. E aí eu só queria pra gente entender, né? Essa questão da manifestação ambiental, ela sempre vai passar pelo COMDEMA agora ou não?

**SR. PRESIDENTE:** Porque é APREM.

**SRA. ROBERTA:** Só que aí a gente cai numa outra questão de se APREM, porque APREM não é para empreendimento, que causa um potencial impacto ambiental? Porque na Lei de São Carlos fala, ela não deixa claro para aceiro porque aceiro não precisa de licenciamento. Não, mas então, mas de acordo com o Código Florestal, quando é para aceiro aberto para prevenção e combate a incêndios florestais é isento de autorização ambiental porque é para prevenção e combate de um acidente. Então aí eu fiquei nessa dúvida. Eu falei deixa eu perguntar, né? Eu sempre peço a manifestação ambiental e a gente sempre usa a manifestação ambiental. E aí a gente surgiu essa dúvida, se agora seria algum procedimento novo do

COMDEMA de avaliar todos esses processos de manifestação ambiental, até para a gente se organizar com relação a prazos também de pedidos.

**SR. PRESIDENTE:** A Lei da APREM, ela fala que o COMDEMA é o Conselho Gestor responsável pelas áreas de APREM. Então, toda demanda que envolva a área de APREM, a gente traz para o COMDEMA para o COMDEMA se manifestar.

**SRA. ROBERTA:** Independente da atividade?

**SR. PRESIDENTE:** Independente da atividade.

**SRA. ROBERTA:** Tá. É bom saber.

**SR. PRESIDENTE:** Só um minutinho. Laerte pediu a palavra. Depois o Paulo.

**SRA. ROBERTA:** Desculpa tumultuar, viu? Só para tirar a dúvida.

**SR. PRESIDENTE:** Não, vamos lá.

**SR. LAERTE:** Colega, o que entra pelo COMDEMA é porque o trequinho melhor menor do aceiro é 29 ou 30?

**SRA. ROBERTA:** O trecho menor é o 30.

**SR. LAERTE:** Ele está dentro da APREM.

**SRA. ROBERTA:** Sim.

**SR. LAERTE:** O 29 o COMDEMA não teria que se manifestar porque não está dentro da APREM. Tá ok?

**SRA. ROBERTA:** E mesmo sendo menos de 1 mil metros quadrados também, por ser APREM...

**SR. LAERTE:** Não, não tem. Qualquer intervenção em APREM, você vai ter que trazer pra cá, tá ok?

**SRA. ROBERTA:** Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE:** Paulo, quer finalizar?

**SR. PAULO:** Finalizando, o município, a critério do gestor ambiental do município, ele pode pedir manifestação do COMDEMA sobre qualquer coisa ou algum conselheiro do COMDEMA pode requisitar. Mas de regra é isso que o Laerte acabou de falar e o Junior também. Muito agradecido.

**SRA. ROBERTA:** Não, eu entendo, né? Lógico, não estou questionando a questão do COMDEMA precisar saber informações a respeito de alguma determinada atividade. É que como... É a questão do tempo, porque a gente protocolou esse pedido em fevereiro, a gente está em junho e a gente tem um contrato de aceiros aberto que depende dessa autorização para que a gente ainda protocole na CETESB, que é quem vai dar autorização. Um? Se for um, tá bom. Porque, normalmente, tem demorado de dois a três e aí a gente perde o prazo da contratação. É por isso só que eu perguntei, mas não em relação à atuação do COMDEMA, mas em relação aos prazos. Pessoal, muito obrigado. Nós, lá na SGAS, estamos à disposição. Se alguém tiver alguma dúvida ou quiser conhecer a área, a gente também está disponível para levar vocês, tá? Pedro, obrigada, viu?

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado, Roberta. Chamo agora o pessoal do empreendimento RFL2 Sete Irmãos para fazer a apresentação. Só um esclarecimento, Roberta, acabou demorando porque nós tivemos um percalço ali de documentos, que acabaram, por algum motivo, não chegando. Depois nós pedimos, aí os técnicos pediram complementação de informações e aí nós fizemos o trâmite. Mas a gente está buscando agilizar esse procedimento. Então, isso. Certidão de Uso e Ocupação do solo. Perfeito. Perfeito. Bárbara que vai fazer a apresentação? Com a palavra, Bárbara.

**SRA. BÁRBARA:** Boa noite. Eu sou a Bárbara Pucci, para quem não me conhece. O objetivo é falar do Empreendimento Habitacional de Interesse Social RFL2. Esse empreendimento, ele fica próximo ao Dream Santo Antônio ou aos Villages, na Bacia de Santa Maria do Leme. Então a gente tem aqui o Dream em Santo Antônio, que foi empreendimento feito por uma empresa e aqui, na continuidade, nós temos esse empreendimento que está aqui, objeto da aprovação de vocês.

O processo, ele é de 2014, sendo que ele está seguindo o Plano Diretor de 2005, com algumas ressalvas. Eu vou descrever um pouco mais lá na frente. Quais são as ressalvas? São as restrições do Plano Diretor de 2016, que eu trouxe para o projeto. Então, a gleba, ela tem 650 mil metros. São 192 lotes com o objetivo de fazer lotes de 8x20 e com implantação de casa no futuro. Aqui está um pouquinho da localização dele. Então, aqui o Dream, o Jóquei, o Village. Quando a gente passa aqui na frente do Graal, que a gente consegue ver o Dream em Santo Antônio hoje consolidado, se você olhar a área um pouquinho mais acima, do lado esquerdo, onde tem uma reserva legal, é ali que é o local do empreendimento.

Aqui a gente fez um pouquinho do levantamento do entorno, né? Eu sei que acho que uma escola vai vir aqui no Dream de Santo Antônio, que ainda não está mapeado, mas tem um pouquinho do que a gente levantou no EIV. Nós temos a ONG Veredas, que está nesse raio que nós levamos em consideração. Além disso, a gente tem a Associação de Moradores do Jardim Acapulco e Santa Elisa. Temos também a Associação dos Moradores de Residencial Paraty. Temos Associação dos Moradores do Parque Santa Marta e a Associação Amor. Como eu disse, o Plano Diretor que estamos levando em consideração é o 2005. Então nós estamos na Zona 4B, onde a gente pode ocupar com coeficiente de permeabilidade de 20% e podemos fazer empreendimentos de habitação de interesse social.

Aqui para a gente poder entender o processo. Então, aqui a gente chegando aqui na área, nós temos o Dream em Santo Antônio, nós temos pelo eixo viário, que depois eu vou mostrar, esse eixo bem consolidado, que vem da própria diretriz viária do município, a diretriz Expansão Viária do Município prevê essa expansão, esses dois eixos. Então a gente tem aqui nas extremidades as áreas institucionais. Aqui na parte de baixo, as lagoas de retenção, temos uma outra área institucional aqui e temos a reserva legal, que eu comentei, que ela já está preservada, então ela encontra-se no local já reflorestada e tudo mais. Aí o que vale ressaltar é que a gente tem a app e nós temos a faixa verde complementar. A faixa verde complementar nada mais é do que se exige no Plano Diretor de 2016, mas eu estou em 2005, porém eu estou seguindo as restrições de 2016, certo?

Então, quais são as restrições de 2016 que eu estou seguindo? A faixa verde complementar e a diretriz viária, tanto viário, todos os viários, o leito carroçável, bem como as vias arteriais que está previsto no anexo do Plano Diretor. Então só para falar aquilo que considera. Então assim, a gente tem 650 mil metros, 88 mil metros é de reserva legal. Se eu tivesse no Plano Diretor de 2016 a aprovação, eu poderia tirar essa reserva legal para doação das áreas públicas, mas eu não estou tirando. Eu estou deixando a reserva legal e estou doando, considerando só o desconto, descontando apenas a app, que é o que fala o Plano Diretor de 2005.

Aqui está o eixo que eu comentei. Então aqui está, a gente fez um recorte do Anexo 8A, da diretriz viária. Então a gente tem aqui um anexo do Santo Antônio e a gente vem com esse eixo, então ele está aqui e está aqui. Lembrando que a reserva legal, ela já previa essa extensão no futuro. Aqui um pouquinho das vias. Então a gente tem 28% de viário, sendo que, como eu já disse, todas as vias, tanto a coletora local, ela está considerando o Plano Diretor de 2016. Então a largura é considerada do Plano Diretor de 2016. Aqui eu trouxe só para vocês entenderem como que é. Então a gente tem uma via de 15 metros nas locais. Nas vias coletoras, a gente está com 16... Não estou enxergando direito, acho que é 18. De cabeça, não me lembro. E aí a gente tem a coletora, desculpa, a gente tem a via arterial que é essa tipo um, que é a que sobe indo lá em direção a Santa Maria, ao empreendimento Villeneuve ou Sentido Villeneuve, sentido Norte, obrigada. E aqui a outra via arterial também. O que muda de uma para outra é só a configuração, que o canteiro está no meio e a outra não.

Aí, aqui a gente está fazendo uma continuidade também da ciclovia do Santo Antônio. Então essa ciclovia que está aqui representada como existente é o que está lá in loco e a gente vai fazer a ciclofaixa considerando no empreendimento. Então ela vem por essa via arterial e sobe sentido Norte, que vai para o Villeneuve. Aqui, um pouco dos usos mistos. Então a gente tem lotes de uso residencial e lote de uso misto. Nós temos 405 lotes de uso misto. Só para registrar, uso misto pode ser tanto comercial quanto residencial. Um loteamento aberto de interesse social com lotes de 8x20. Não vai fechar. Não, não vai fechar, não vai fechar. Não tem nem como fechar se você olhar o projeto.

Mesmo porque, eu acho que só para ficar evidenciado, a gente declara isso quando nós vamos aprovar no Estado, a gente declara se vai ser fechado ou se vai ser aberto. E ele vem na certidão do GRAPROHAB dizendo que ele é aberto, tá bom? E as áreas públicas também estão todas foras. Desculpa, estão todas integradas. Não está fora. Desculpa. Aí tem o córrego que eu já expliquei para vocês, aqui as áreas institucionais. Então a gente tem uma bem aqui na entrada, as duas nas extremidades. O projeto, eu acho que vale a pena eu só dizer que assim, o arquiteto que fez esse projeto ele pensa muito nas vias internas. Então, qual é o objetivo? É que a criança possa brincar nessas vias locais para que essas vias não fiquem com grande circulação. Então tem um eixo, que é o eixo, que vai para via arterial e as vias locais são mais restritas de acesso.

Aqui um pouquinho da faixa verde complementar que eu havia comentado. Então, a gente tem áreas verdes um, dois e três e nós temos a faixa verde complementar de 30 metros. Então é 30 do córrego mais 30. Aqui os sistemas de lazer, sendo que então a gente tem o sistema de lazer que estão amarelo, nós temos a faixa verde complementar que está mais escuro, a reserva legal e a app, que está mais claro. Apenas para dizer, então a gente tem 10,17% do sistema de lazer. Aí aqui a gente tem, se a gente fosse apenas considerar a aprovação na CETESB. Porque a CETESB, ela conta a app no cômputo de toda a área permeável. Então ela soma a app e o sistema de lazer. Nós estamos com 33,93% de área permeável nesse empreendimento. Então nós temos 13,93 a mais do que é exigido no Estado, que é 20%.

Aqui os acessos principais. Então a gente tem a Avenida Ray Wesley, aquela Rua Carlos Cícero Nogueira e hoje a gente tem a Rua Tietê, que chega na Ítalo Cardinali e depois vai para a Avenida Um, chegando no empreendimento. Esse é o acesso atual. O Graal? Aqui, ó, aqui ó. Quando o senhor vem de Araraquara para São Carlos é do lado esquerdo. Isso, isso mesmo. Isso, exato. É a área um pouquinho mais acima, do lado esquerdo. Bom, aqui as avenidas que eu havia comentado e a gente tem contrapartidas para fazer nesse empreendimento. Quais são as contrapartidas de melhoria de trânsito?

Então a gente precisa fazer... Desculpa, aqui a gente tem acesso à rodovia, que é pela que vai lá pela Ray Wesley. Tem uma outra que é pela Avenida Amazonas, que vem para dentro do Jockey. E aqui são as contrapartidas. Então uma das contrapartidas é: esse acesso que ele é pela Rua Amazonas, que é do Jóquei, a gente vai ter que fazer um dispositivo de acesso nesse local, de maneira que a pessoa consiga sair da rodovia e entrar... Só para vocês se localizarem onde tem o ferro velho. Quando a gente vem na rodovia, tem um ferro velho ali naquela localização. Então a gente vai ter que... O ferro velho, ele ocupa uma área pública, uma parte de área pública. Então a gente vai fazer a adequação desse acesso para poder ter um acesso melhor. Além disso, então assim, esse ferro velho está nesse número um. Isso que vocês veem em magenta, que é o rosa, o número dois, ele é uma marginal que a gente vai sair da Rua Amazonas, vai passar em frente à Casale, vai dar lá na Casale, onde é a indústria Casale, que também é uma rua pública que eles estacionam o carro. Então a gente, simplesmente, vai fazer a interligação entre um eixo e outro para poder deixar a marginal, que é o que está sendo... Não é só do lado esquerdo que a gente tem que ter marginal na cidade, do lado direito também nós vamos ter.

E depois, por último, o acesso ao empreendimento, que é um dispositivo, uma travessia entre um empreendimento e outro. Aqui está um pouquinho na mobilidade urbana. Nós não conseguimos atualização das linhas de ônibus do Dream Santo Antônio, mas pelo que eu vi, acho que não está consolidado isso ainda, porque faz pouco tempo que entregou. Então a gente não conseguiu nenhuma linha de ônibus aqui, apenas no entorno, no Jóquei e no Dhama. Imagino que a Prefeitura está se estruturando para atender o Dream Santo Antônio.

Aqui está um pouquinho do empreendimento inserido na Bacia do Santa Maria do Leme, para todo mundo entender. Aí tem os afluentes todos indicados. Aí aqui a gente foi indicando os bosques, que têm o Bosque do Cambuí, o Bosque do Santa Marta, as Áreas de Preservação Permanente, as áreas de reflorestamento que, no caso, no próprio empreendimento tem a reserva legal e é uma vegetação equatorial. Aqui está um pouquinho da parte de drenagem que o Pedro, que é da projetista da Pólis, vai poder explicar para vocês.

**SR. PEDRO:** Olá, boa noite a todos. Meu nome é Pedro, sou engenheiro responsável pela parte técnica da drenagem do RFL. Então aqui está o empreendimento, como a Bárbara disse, que ele já está na bacia do Santa Maria do Leme e o terreno natural desse empreendimento, ele tem um ponto alto aqui na parte central onde passa essa avenida, essa parte tem queda por esse lado, o Córrego do Santa Maria do Leme e essa parte tem queda para o outro lado. Então, quando foi feito o projeto, já foram feitas duas lagoas já para manter a queda natural e o escoamento natural do terreno. Vou apresentar todos os valores de vazão quanto de volume das lagoas.

Então, só para alocar melhor aqui. A primeira lagoa é essa aqui. A gente fez uma alocação aqui para ficar uma visualização mais fácil. É uma vista aérea de imagens de drone. E aqui os valores dela. Então, para fazer o dimensionamento da lagoa na Bacia do Santa Maria do Leme, tem a fórmula específica da Prefeitura, que veio inclusive na diretriz de drenagem. Então a gente fez o dimensionamento pela fórmula da Prefeitura, que deu esse valor de 12.700 metros cúbicos. Mas a gente sempre também faz outras verificações. Então a gente fez a verificação pelo método racional, que é um método simplificado que é

aceito para locais desse tamanho e fez pelo método de pools, que já é um método mais complexo. Só que os dois ficaram bem abaixo do método da Prefeitura, porque o método da Prefeitura é um método que já prevê um volume maior, justamente por ser a Bacia do Santa Maria do Leme.

Então a gente seguiu com esse volume do método da Prefeitura. E aí, quando a gente fez a modelagem da lagoa, a gente chegou nesse volume real de 12.870 metros cúbicos. Então, essa aqui seria a vazão de entrada pós-urbanização da área. Então vai ter uma vazão de entrada de 590, 550 metros cúbicos por minuto. Vai ser armazenado os 12.870 metros cúbicos. E a vazão de saída da lagoa, porque vai ter o vertedouro e o orifício de controle. Então a vazão de saída vai ser controlada. A vazão de saída vai ser de 28,91 metros cúbicos por minuto. Isso foi dimensionado com esses valores aqui.

Então o período de retorno da chuva foi de 100 anos. O tempo de duração de 12 minutos, chegou numa intensidade de chuva de 198 milímetros por hora. E aí o coeficiente de pré-ocupação foi 0,30 e o coeficiente de pós-ocupação foi 0,85. Ele ficou esse valor alto porque, por mais que a Bárbara tenha dito que mais de 30% da área do empreendimento é permeável, como essas áreas, elas não fazem parte da micro bacia que são captadas para a galeria e que vão para as bacias de retenção, elas foram descontadas do cálculo, senão ia dar um coeficiente de escoamento bem mais baixo. Então a gente tirou essas áreas por esse coeficiente de escoamento alto.

Tem os dois, dentro da lagoa, tem o vertedouro e o lançamento, tanto na entrada da lagoa tem a escada de dissipação de energia quanto o lançamento no córrego também tem o dissipador de energia. E aqui está o orifício de controle. Então ele tem um orifício de controle, um diâmetro de 0,35cm. Aqui é a vista da lagoa dois, então ela está do outro lado aqui da área. Aqui é o Santo Antônio. Então aqui é o córrego que divide a área do RFL com Santo Antônio. E aqui a travessia viária que vai ser feita, que a Bárbara tinha comentado também. Aqui seguiu a mesma premissa da lagoa um. Então foi o cálculo da Prefeitura, o método racional, método de pools. No final, chegou nesse volume real de 11.700 metros cúbicos.

Então aqui é a vazão de entrada, ela ficou um pouco menor que a outra, porque essa área da Lagoa dois é um pouco menor, área de contribuição. O volume armazenado é os 11.742 e a vazão de saída também ficou em 28,91 e foram as mesmas premissas de projeto. Então 100 anos, 12 minutos, período de retorno 100 anos, duração de chuva 12 minutos, intensidade 198. E aqui está só o resumo. Então o valor de entrada da Lagoa um e da Lagoa dois, o armazenado e a saída.

Então, aqui, só para a gente ter uma comparação, eu coloquei aqui qual seria a vazão de pré-ocupação de contribuição dessa área que vai para Lagoa um e a que vai para Lagoa dois. Então essa vazão seria a vazão calculada no mesmo do mesmo tempo de duração de chuva, a mesma intensidade que foi calculada para vazão de entrada da lagoa. E essa aqui é a vazão de saída. Então é só para mostrar que a vazão de saída, ela está menor até do que a pré-ocupação.

Bom, aqui é sobre os jardins de chuva. Então a parte, o jardim de chuva, ele faz tempo que ele é pedido nos conselhos, a gente também é a favor da implementação deles. E aí a gente propôs, inicialmente, a gente tinha proposto o jardim de chuva no sistema de lazer desse canteiro central que tem nessa avenida, nesse eixo, que ele é um canteiro mais largo, que ele tem mais de 20 metros.

**SRA. BÁRBARA:** Como ele é um sistema de lazer e a gente está fazendo o projeto de uma maneira restritiva, nós fizemos de acordo com o que fala o Plano Diretor Novo, que tem que ter um raio de 20 metros. Então ele tem 20 metros de largura. Então o canteiro no COMDUSC, para quem estava aqui, a gente combinou, foi pedido e a gente deixou colocado que nós iríamos fazer o jardim de chuva, tanto na via arterial que sobe quanto na via que dá acesso ao Dream Santo Antônio. Qual é a diferença de uma via da outra? A via arterial que vem do Santo Antônio, ela é apenas um canteiro. Então ela tem cinco ou seis metros, enquanto que a via que vai lá para o... Porque ela é uma compatibilização do existente com o projetado. A via que vai em direção ao norte, que é o futuro da cidade, vamos dizer assim, nós fizemos um sistema de lazer, que é o que fala o Plano Diretor. Então tem um sistema de lazer entre uma via e outra.

**SR. PEDRO:** Então, inicialmente a gente tinha projetado o jardim de chuva no canteiro do sistema de lazer, que a ideia era justamente... Porque o jardim de chuva ele não é simplesmente é uma estrutura de drenagem. Ele faz uma captação da água de chuva, mas é uma captação relativamente baixa para a área, porque se tem que trabalhar com uma lâmina de água baixa porque essa água vai infiltrar e aí a função dele é mais para fazer recarga de lençol freático. Também tem uma limpeza dessa água também por

causa da vegetação que você pode trabalhar. E ele acaba tendo também uma função estética, porque ele pode ser usado como paisagismo. Então a nossa ideia inicial foi fazendo esse canteiro central, até porque seriam um canteiro que poderia ser um sistema de lazer, poderia ter outros usos, com equipamentos públicos, urbanos. Só que, quando a gente protocolou esse projeto, a gente recebeu uma notificação que a gente não poderia fazer o jardim de chuva nessa área, por ser um sistema de lazer, não foi aceito.

E aí, o que foi pedido pra gente foi para fazer só no canteiro central aqui da avenida de baixo, que é a avenida que interliga com o Santo Antônio. Esse canteiro central, ele já é bem mais estreito. Acho que tem oito metros, se eu não me engano, e nessa rotatória. Então a gente fez...

**SRA. BÁRBARA:** Só pra explicar o porquê que nós fomos notificados. Então todo mundo sabe que antes de vir para o COMDEMA, a gente tem uma aprovação na... Eu vou errar o nome. Coordenadoria do Meio Ambiente? Secretaria, gente. Bom, na equipe técnica ambiental da Prefeitura. A gente submeteu eles à aprovação, até mostrando o que vinha do COMDUSC. Mas qual é o entendimento técnico da parte ambiental, vamos dizer assim. Entende-se que um sistema de lazer é para fazer uma praça e que isso é um sistema de drenagem. E aí, por sistema de drenagem, eu não posso fazer num no sistema de lazer. Consequentemente, eu tirei isso e deixei só no canteiro, porque canteiro é sistema viário e aí não conflita, vamos dizer assim. Porém, na minha opinião, a gente perde de ter algo que era importante.

Não sou da parte ambiental, mas se a gente for, a gente sabe que no sistema de lazer, a gente pode ter áreas que são... Que têm áreas permeáveis e as impermeáveis. Então a gente poderia estar colocando, desde que a gente atendesse a porcentagem. Mas foi pedido para gente excluir. E assim a gente fez para poder compatibilizar as informações.

**SR. PEDRO:** Isso. Até no memorial, que foi para aprovação, a gente colocou alguns casos que foram feitos em outras cidades. E em todas essas cidades, o que eles fazem é colocar placas explicando também o que são os jardins de chuva para ter uma conscientização da população sobre aquele equipamento.

E aí, quando a gente joga isso num canteiro central de um viário, fica mais complicado dessas pessoas terem acesso a isso e acesso a esse conhecimento. Até porque é uma via rápida.

**SRA. BÁRBARA:** Enraizado porque nosso objetivo, que a gente falou no COMDUSC para quem estava, era que fosse, até servisse para a escola, para outras coisas, como visita, como exemplo mesmo. Mas aí a gente não vai conseguir fazer isso. Não desta maneira. Vamos fazer do jeito que a gente conseguiu.

**SR. PEDRO:** Então, aqui só um pouco da demonstração do jardim de chuva. Então, esse aqui é o da rotatória. Foram previstos dois jardins de chuva. A gente deixa eles prever um certo afastamento da guia, porque também essa água vai infiltrar. Então para o pavimento também não é bom que tenha uma infiltração tão próxima dele. Então a gente tentou afastar o máximo possível. E o jardim de chuva, então ele vai receber... São previstas aberturas na guia e a água é direcionada por canaletas até o jardim de chuva, onde a água é acumulada. Como eu disse, o nível de água dele é baixo, ele está previsto 20 centímetros. Então, quando ele extravasar, ele tem uma interligação com a boca de lobo próxima. Então, aqui, no caso, tem uma boca de lobo e aqui tem outra. E é importante dizer que o jardim de chuva, ele não afetou o dimensionamento nem das lagoas e nem da rede de drenagem. Até porque, por mais que ele tenha um acúmulo ali de volume, que poderia diminuir o volume da lagoa, a gente não fez essa consideração, a gente desconsiderou esse volume e, para vazão, ele não vai ter efeito, porque no momento em que ele extravasar, já está na vazão máxima para as galerias, na vazão máxima da chuva, vai acabar chegando na galeria, então ele também não foi considerado no dimensionamento das galerias. E aqui são os dois canteiros centrais, eles acabaram ficando com pequenos jardins em forma de escada. Então um vai vertendo e vai caindo no outro até chegar no final, onde ele é interligado com a boca de lobo.

**SRA. BÁRBARA:** Eu vou falar já. Bom, aqui é a parte de reflorestamento e arborização. Então, como a gente já falou, nós temos a reserva legal, nós temos que fazer um plantio de 575 mudas nativas e exóticas nas áreas de lazer do empreendimento, que é um reflorestamento que vai acontecer aqui. E temos um plantio de arborização urbana, que é 1529 mudas nas calçadas dos lotes, compatibilizando com drenagem, com posteamento e tudo mais. Então já nós consideramos o ipê branco, ipê amarelo, quaresmeira. Aqui é um pouquinho do lado de fauna, também não sou especialista, se o Girotto quiser falar alguma coisa, mas a gente trouxe, porque nós vamos fazer intervenção na app. Então a gente fez esse laudo de fauna aí, aquilo que foi identificado o tatu galinha, gavião carijó e jiboia, 86 espécies de

aves e apenas duas espécies de herpetofauna. Aí, aqui um questionamento que foi feito, que apesar de não ser de autorização, é de licenciamento no município, foi solicitado a questão de como vai acontecer o acesso entre Dream Santo Antônio e a RFL, que é o empreendimento em aprovação.

Então aqui tem o Córrego do Santa Maria do Leme. Nós fizemos uma batimetria no córrego, fizemos levantamento, fizemos todo os estudos, o responsável técnico fez os estudos e chegou à conclusão de que são aduelas de 2,5 por 2,5, que vai ser colocado aqui na interligação entre um empreendimento e outro, que vai ser licenciado pela SP Águas, antigos DAEE. 2,50 por 2,50.

Perfeito. Perfeito. Uma só. Não, tá, perfeito. É que assim a gente colocou 2,50 seria altura. Só que nós temos uma largura que seria a largura do viário, que é isso que o senhor está falando. Ao invés de seccionar, fazer uma só na largura e deixar a altura de 2,50, que é o que foi identificado. Aqui um pouquinho sobre a água e esgoto. Então, assim, a questão de água, a gente tem um reservatório pulmão aqui, nós vamos fazer um reservatório elevado na área do Jockey. Quando a gente está no Jockey, nós temos um centro de reservação, onde tem um posto, tem um reservatório pulmão na Rua Cícero. Então nós vamos fazer uma adutora que vem e interliga o empreendimento. Aqui, então fica o reservatório de água. E o esgoto, como Pedro falou, a gente tem duas saídas, então uma parte a gente vai jogar para o emissário que está existente aqui do outro lado do córrego. E outra, a gente vai ligar no emissário que já está existente, que liga o Dream Santo Antônio.

Aí o município, ele pede contrapartidas, além dessas ligações que a gente tem, é obrigação nossa fazer. Aí nós fizemos uma conta aqui só de água e esgoto. Então a gente tem que pagar R\$ 3.762 milhões, que dividido por unidade, dá R\$ 3.156 mil. Estou trazendo esse número por uma questão de ser um empreendimento de interesse social, onde a gente tem um valor teto de venda. Então todas as contrapartidas, a área fica mais cara. Consequentemente, a venda não pode passar do teto, mas ela também encarece. Aqui é um pouquinho da área para todo mundo ver. Então aqui é olhando da pista para dentro, que seria essa imagem aqui. Imagem dois. Aqui a imagem três é o acesso do empreendimento e a imagem um, que está aqui em cima. Nós vamos vender casa, provavelmente. Vai ser, provavelmente, venda de casa. A venda da casa vai ser em torno de R\$ 230 mil, no máximo R\$ 240 mil, mas é R\$ 230 mil, provavelmente. 51, né? Mas é por aí.

Aí só para também dizer que eu não considere aqui na contrapartida o trânsito, nem a parte ambiental. Eu só trouxe água. Água é uma conta categórica. Não tem o que escapar, vamos dizer assim. Então eu trouxe... E eu também não estou considerando a adutora, eu não estou considerando reservatório, só estou considerando taxa a ser paga para o SAAE. É valor, dinheiro.

Bom, aqui eu trouxe algumas coisas, aspectos positivos. Então é uma habitação de interesse social, com construção de moradia. A gente tem lotes de uso misto que possibilita comércio. Nós temos uma ocupação de vazios urbanos. A gente tem uma plantação próxima a área urbanizada. Vamos ter arborização nos passeios, nas áreas verdes e sistema de lazer e temos uma grande área permeável, como nós falamos anteriormente, e vamos ter ciclofaixa. Aqui a gente tem uma melhoria do sistema viário. A gente está atendendo a faixa verde complementar, como eu já falei, as vias projetadas estão maiores porque está de acordo com o Plano Diretor de 2016 e temos, aproximadamente, 2200 mudas para reflorestamento. Isso, gente, é o que eu estou apresentando no município, porque só para todo mundo saber, eu licencio isso na CETESB também. Então quando eu for licenciar a CETESB eu tenho as intervenções em app e eu vou ter mais reflorestamento por essas intervenções. Então onde eu lançar a drenagem, eu tenho que licenciar e assim por diante. Então isso daqui, essas 2 mil mudas é só o que nós estamos prevendo aqui no município. Bom, é isso. Acho que não esqueci nada. Se alguém tiver alguma dúvida, estou à disposição. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado.

**SRA. BÁRBARA:** Não entendi a pergunta. Não, eu vou perguntar. 1500 de arborização urbana no passeio público e mais 579 de uma parte que eu preciso reflorestar, fora o que eu vou intervir e vou pagar pela CETESB.

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado, Bárbara. Obrigada, equipe. Vou passar a palavra agora aos conselheiros. Paulo pediu a palavra.

**SR. PAULO:** Bem, boa noite novamente, Bárbara. Esse empreendimento já tinha passado pelo COMDEMA, pelos Sete Irmãos, né?

**SRA. BÁRBARA:** Já sim, Paulo.

**SR. PAULO:** E isso que eu estou querendo entender, por que está passando de novo. Porque eu lembro de a gente já ter feito essas discussões, inclusive da faixa verde suplementar da ciclovia. Então, essa dúvida que eu tenho. E a primeira vez que passou, era pela RPS Engenharia. Eu gostaria de saber que empresa agora que está implementando. A outra pergunta que eu tinha, você já respondeu, que eu estava achando estranho que seria venda só de lotes, mas não vai. Provavelmente vão ser casas mesmo. Outra dúvida que eu tenho. As contrapartidas são em obras ou em dinheiro?

**SRA. BÁRBARA:** Dinheiro. Isso que eu trouxe é dinheiro. Mas tem obra também, é que eu não quantifique obra.

**SR. PAULO:** Agora parece que, não sei se eu entendi bem, mas uma das contrapartidas é melhorar aquele acesso ao Jockey pela Bernardino Fernandes Nunes?

**SRA. BÁRBARA:** Não.

**SR. PAULO:** Não. Ah, bom. Aquilo lá tem que ser feito...

**SRA. BÁRBARA:** Aquilo lá, pelo que eu sei, não tem ninguém de trânsito aqui. Mas pelo que eu sei, tem alguma coisa de concessão, que estão entrando.

**SR. PAULO:** A ARTESP tem que provar.

**SRA. BÁRBARA:** Perfeito. O senhor sabe onde fica a Rua Amazonas no Jockey? Quando a gente passa, tem um ferro velho? Sabe aquela entrada? Então é aquela entrada que a gente vai organizar o acesso. E, daquela entrada, nós vamos fazer uma avenida paralela a Washington Luís, que vai chegar na Casale. Consegue identificar?

**SR. PAULO:** Sim, sim.

**SRA. BÁRBARA:** Perfeito.

**SR. PAULO:** Você falou que eram três.

**SRA. BÁRBARA:** É que assim, hoje nós temos a avenida, a pista que vai para Ribeirão Preto, que eu nunca sei o nome daquela rodovia.

**SR. PAULO:** Thales Peixoto.

**SRA. BÁRBARA:** Perfeito. Essa mesmo. Se a gente for por ali, nós conseguimos entrar na Federal, passar em frente aos Villages e cair no Jockey. Naquele reservatório, aquilo é uma entrada. A segunda entrada é pela Bernardino, que é a Ray Wesley depois, que é o que o senhor acabou de perguntar. E a terceira, não menos importante, é a que nós vamos fazer, a melhoria. Porque eu entendo que a pista que vai pra Ribeirão Preto, está sendo tomada as devidas providências, a Bernardino também. O que “sobra” para a Prefeitura pedir e melhorar seria esse acesso que eu acabei de comentar, que é pelo Jockey;

**SR. PAULO:** Não, Perfeito. Eu só queria lembrar.

**SRA. BÁRBARA:** Eu já te explico, Paulo.

**SR. PAULO:** Ao Junior, coordenador do COMDEMA, nossos companheiros, que já há muitos anos atrás, a gente falou: Olha, não vamos aprovar nenhum empreendimento do outro lado da pista antes de fazer um outro trevo ali naquela trecho da Bernardino Fernandes Nunes. Mas a gente sabe que é muito difícil e abriu ali pela Federal um outro acesso, então facilitou um pouquinho. Mas ontem mesmo eu estive numa festa junina lá no Oásis e estava um caos para entrar ali na Washington Luís. Isso é um problema que São Carlos precisa resolver. A outra dúvida é em relação ao tempo de retorno, que recentemente teve o empreendimento da Pacaembu, ali na região do Jardim Samambaia, eles trabalharam com tempo de retorno de 1 mil anos. A gente achou até exagerado, mas foi o que eles propuseram.

A pergunta é hoje o tempo de retorno de 100 anos não é muito conservador em função das mudanças climáticas globais? É isso. E a segunda preocupação minha, que é uma preocupação que a gente tem já faz tempo, é em relação às lagoas de retenção. Se o projeto delas e depois a execução já melhoraram no sentido de prever que elas possam ter alguma utilidade nos períodos em que elas não são utilizadas e que não deem problemas porque isso vai ficar a cargo da Prefeitura estar dando manutenção e a gente sabe a dificuldade que a Prefeitura tem para isso. É isso. Fico agradecido.

**SRA. BÁRBARA:** Perfeito. Bom, eu vou começar lá no começo. Se eu esqueci alguma coisa, o senhor me lembra. A primeira pergunta foi se esse empreendimento já passou pelo COMDEMA. Sim, ele já passou pelo COMDEMA. Não vou saber o ano efetivamente, mas creio que em 2018, mais ou menos, perfeito. O que acontece? O proprietário da terra do Dream Santo Antônio naquela ocasião, ele tinha uma

sociedade com a RPS Engenharia. Então ele tratava tanto o Dream Santo Antônio quanto o Sete Irmãos Dois. Por uma questão de urbanização da cidade, a gente trouxe os dois projetos para aprovação. Porém, apesar de ser duas matrículas, apesar de ser grupos diferentes, porque tinham outros proprietários juntos, houve uma paralisação desse empreendimento que agora estou voltando e por quê? Foi decidido no COMDEMA que nós iríamos aprovar apenas o Santo Antônio e que até foi questionado se o Santo Antônio precisaria de um RAP. Então, quando Santo Antônio foi aprovado, foi feito esse questionamento a CETESB e a resposta foi que não. Isso do Santo Antônio, na época RPS. Só para título de quem não sabe, a RPS é uma empresa que hoje, infelizmente, não tem operado mais e o Dream Santo Antônio passou para outra construtora que é a Direcional Engenharia quem fez o empreendimento chamado Dream Santo Antônio. Só que os proprietários da área eles continuaram, eles têm essa área que eu estou apresentando. E aí, depois da conclusão do Dream Santo Antônio, que no caso a Direcional finalizou, nós entramos com a aprovação deste projeto.

Lembrando que esse projeto está sendo aprovado faz um tempo. Acho que se vocês olharem a movimentação do processo, dá para vocês verificarem isso. Se eu não me engano foi para o Meio Ambiente em junho do ano passado, se não me falha a memória. Então assim, é porque tudo é muito demorado. Então a gente acaba coisa que era por ano passado, a gente está fazendo esse ano. Então a resposta é isso, não é RPS mais, Paulo. Os proprietários, eles vão estar negociando essa área com alguém para poder fazer as casas.

Mas é claro que tudo aquilo que ficou combinado aqui, apenas para vocês saberem, normalmente os proprietários continuam dono da área. No caso do Santo Antônio, foi vendido a área para a direcional. No caso desse empreendimento, provavelmente o proprietário ou dono do terreno e quem vai fazer a casa acaba ficando, o dono da casa fica responsável pela casa. Então, até o final a gente acaba acompanhando todo esse processo. Isso aí, eu acho que é outra pergunta que você fez é a questão de drenagem, né, Paulo? O Pedro consegue explicar porque eu não vou saber. Obrigada, Paulo.

**SR. PEDRO:** Bom, eu acho que foram dois questionamentos sobre a lagoa. Um é sobre o tempo de retorno da chuva de 100 anos. Bom, assim, Paulo. Na verdade, eu considero 100 anos um tempo razoável para calcular o volume da lagoa. Tanto que a gente usou o tempo de retorno de 100 anos pelo método de pools e pelo método racional. O método racional, ele é um método simplificado para áreas menores. Inclusive quando você olha o gráfico dele, ele é linear. E o método de pools, ele já é um método mais complexo, que o gráfico dele, ele não é linear. Ele considera, inclusive, que tem variação da intensidade de chuva ao longo do período da chuva. Ele considera o escoamento também, que ele não é linear, porque tem a questão da água da chuva ficar retida em locais como árvores, enfim.

Sim, tradicionalmente 100 anos, ele é utilizado para lagoa de retenção mesmo. E esses dois métodos, eles ficaram consideravelmente abaixo do método da Prefeitura. Porque o método da Prefeitura para bacia do Santa Maria do Leme, ele já exige o dobro do que ele costuma exigir em outros locais de São Carlos. Tanto que, em outros locais de São Carlos que a gente faz projeto, normalmente o método de pools, que ele fica maior. Então a gente acaba fazendo a lagoa maior do que a própria Prefeitura de São Carlos exige. E lá no Santa Maria é o único lugar onde acontece o contrário, o método da Prefeitura, ele fica maior do que o do método de pools. É uma questão que já fizeram antes, foi sobre a vazão de saída do orifício de controle. E aí o que eu respondi na época é que depende de como que o projetista calculou esse orifício de controle, ele considerou qual que seria a vazão aceitável de saída. Tanto que eu mostrei no slide a vazão que seria de pré-ocupação, então antes do da impermeabilização da área, com a construção das ruas para a mesma intensidade de chuva que foi dimensionada a lagoa. E essa vazão, ela era bem maior do que a vazão que a gente considerou na saída do orifício. Porque a vazão que a gente considera na saída do orifício não é a vazão para a chuva de 100 anos atual, ela é uma vazão para uma chuva bem menos intensa. Por isso que dá aquela grande diferença.

Em relação a utilizar a área da lagoa como algum equipamento público, a gente não considerou nada e aí isso, na verdade, para gente poder começar a considerar, eu acho que tinha que ter alguma coisa por parte da Prefeitura, porque a responsabilidade de manutenção da lagoa é da Prefeitura. Tanto que hoje a manutenção da lagoa, basicamente, seria a limpeza dela. E, muitas vezes, nem isso é feito.

**SRA. BÁRBARA:** E eu acho que talvez um assunto que deve ser discutido entre todos, tanto o pessoal que cuida da lagoa, os serviços públicos e tudo mais. Mas hoje vai ser apenas uma lagoa de retenção. Isso, duas. Desculpa, Paulo.

**SR. PEDRO:** O Paulo falou em específico sobre a retenção da Pacaembu. A questão da Pacaembu adotar os 1 mil anos tem a ver com o método DAE por ela ser uma retenção em linha no córrego. Então a metodologia de dimensionamento é diferente. Não é o caso do projeto que a Bárbara está apresentando, que são duas lagoas ali, mas que elas não estão inseridas na linha do córrego.

**SRA. BÁRBARA:** Obrigada, Paulo.

**SR. PAULO:** Tudo bem. Vocês projetaram o jardim de chuvas descontando desse cálculo de drenagem pelas lagoas, né? Então, isso é importante porque o que eu digo é assim, hoje quando a gente vai fazer a intervenção, a gente tem que prever uma retenção até maior que a natural. Porque a gente sabe que... Não é que a gente não sabe. A gente sabe que o futuro será pior. Então você vê o tempo de retorno de 100 anos lá no Rio Grande do Sul não funcionou. Eles tiveram uma grande... Sinistro em 41. E tiveram outro agora, há dois anos atrás, então, antes dos 100 anos. Então, acho que a gente tem que tomar cuidado. A outra coisa que eu estranhei, que a Bárbara falou que vão ser 1571 árvores na arborização urbana, mas vão ser 1571 lotes? Porque é uma árvore por lote, né?

**SRA. BÁRBARA:** Não.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** O meio ambiente pediu arborização de todas as áreas públicas a cada dez metros. Quer dizer, todos os passeios públicos, incluindo as áreas públicas.

**SRA. BÁRBARA:** Então a gente tem mil cento e poucos lotes, mas nós temos bastante sistema de lazer, que é aquela avenida que sobe. E aí, na avenida que sobe, que é o sistema de lazer que está na via arterial, a gente tem arborização também, Paulo.

**SR. LAERTE:** Bárbara, Laerte.

**SRA. BÁRBARA:** 1132.

**SR. LAERTE:** Laerte, da AEASC. Em relação aos jardins de chuva. O eixo Norte-Sul, até esse desenho, eu acho que parece Brasília quando eu comecei a olhar, parece assim, Brasília. O arquiteto deve ter uma relação com o Oscar.

**SRA. BÁRBARA:** Ele tem, com certeza, Laerte.

**SR. LAERTE:** Então, nesse eixo que o sistema de lazer não foi permitido. Então nós, aí eu coloco como AEASC, que a gente tem discutido, até nossa filosofia e pensamento como entidade, que entendíamos até uns anos atrás, que o cinza deveria ter sempre acima e agora a gente entende que é o cinza com verde. Então nós nos decepcionamos com essa atitude dos técnicos que fizeram essa solicitação. Por exemplo, proibiram um conselho que sempre tem pedido em outras áreas jardim de inverno, jardim de chuva, quer dizer, em casa é jardim de chuva. A gente perdeu uma grande oportunidade, uma oportunidade de começar. Então, às vezes está tendo alguma coisa destoante o que muitos deste conselho pensam é o que técnicos pensam. Então... É um voto, até vou pedir, que a AEASC, estamos indignados com essa atitude.

**SRA. BÁRBARA:** Eu vou ser muito honesta que eu trouxe isso porque é uma... Eu acompanho o COMDEMA, acompanho o COMDUSC e estão pedidos, é sempre pedido isso e a gente, achando que até pelo projeto ser um projeto diferenciado, isso pedia. A gente até falou de colocar visita de escolas. Bom, a gente tinha vários planos, mas nós entramos num impasse entre nomenclaturas e o uso dessas nomenclaturas. E aí, nesse impasse, nós já estávamos há muito tempo lá fazendo análise.

Então nós acabamos acatando o que foi dito, porque eu não ia mudar toda essa área como uma outra nomenclatura, mesmo porque eu não posso. Pensando que eu tenho uma via arterial que tem um sistema de lazer que sobe, como que eu vou mudar o uso disso para o quê? Equipamento público urbano porque ali virou os jardins de chuva? A gente até conversou com a técnica, mostramos fotos de São Paulo, todo mundo sabe, tem vários lugares que é feito isso, mas por questão de nomenclatura. Então assim, o objetivo de trazer isso, que fique claro para o Júnior e para o Robson, é só em respeito a eles, só estou colocando porque nós temos que nós temos que compatibilizar a legislação. Se isso não pode, então o que pode? Nós temos que deixar claro exatamente o que pode para que a gente possa vir atender.

E aí eu vou falar mais uma coisa que nós não falamos na apresentação. Desculpa, Laerte, só para... Falando sobre a drenagem aqui. Nós tínhamos previsto porque... Está vendo? Quando a gente fez o

projeto, a gente afastou, nós deixamos uma faixa larga aqui, de 20 metros de sistema de lazer para poder preservar a reserva legal. Com qual objetivo? Acabamos de ver sobre o aceiro, que um dos maiores problemas são as pessoas. Então, a gente, no primeiro momento, nós tínhamos feito também um jardim de chuva aqui nesse trecho, então não estava no canteiro, estava aqui no sistema de lazer, estava aqui e aqui. Aí, quando a gente teve a negativa, que a gente jogou para o canteiro, nós continuamos com algumas bocas de lobo, fazendo uma drenagem superficial e lançando nesse sistema de lazer. Também fomos notificados que não poderia ter essa drenagem, lançando no sistema de lazer. O que fizemos? Canalizamos toda essa drenagem e fizemos duas intervenções em app porque foi isso, nesse primeiro momento, que foi pedido. Então assim, a gente está trocando, nós estamos intervindo duas áreas, eu não vou saber em metragem quadrada qual foi, mas a gente está saindo de uma coisa do futuro, que a gente está falando, da chuva de 100 anos lá do futuro, para uma coisa pequena e intervindo e desmatando vegetação que não precisaria.

**SR. LAERTE:** Perdemos ambientalmente, na minha visão. Então é a mesma coisa. Talvez eu faço uma representação, a Promotoria Ambiental, para que ele convide os colegas para se explicarem lá. Então é, mais ou menos assim, a gente tem que fazer o inverso, que normalmente tem turmas que, depois que aqui tem um voto, vão a Promotoria. Talvez mostrar: Promotor, tenha uma perda ambiental em decorrência. Então acho que também a gente pode fazer o inverso.

**SRA. BÁRBARA:** Eu deixo claro também que há tempo, desde que seja compatibilizando a tempo, a tempo do sistema de lazer ter jardim de chuva. Se for votado dessa maneira, há tempo. Na minha visão, tá, Laerte?

**SR. LAERTE:** Ok.

**SRA. BÁRBARA:** Se for também votado que essas duas intervenções de drenagem não é o melhor lugar, que vamos deixar isso escoando no sistema de lazer também há tempo. Nós estamos aqui para aprovar.

**SR. LAERTE:** Eu acho que pode ser proposto por vocês, como você acabou de falar, dos jardins de chuva também aberto no Eixo Norte-Sul.

**SRA. BÁRBARA:** Eu acho que todo mundo ganha.

**SR. LAERTE:** Exatamente.

**SR. PRESIDENTE:** Mais alguém? Renan? Paulo?

**SR. RENAN:** Obrigado pela apresentação. Na verdade, são duas curiosidades que eu tenho. Renan, da APASC. Tem dois pontos, que estão previstas que o viário vai cortar as apps. Uma curiosidade, se foi previsto algum tipo de passagem de fauna, aérea ou subterrânea, alguma coisa desse tipo, para diminuir o impacto? Alguma coisa assim?

**SRA. BÁRBARA:** É assim, a gente só tem uma intervenção, tá, Renan? Aqui, ó. Porque do outro lado não é meu. Então eu não faço a intervenção do outro lado, eu paro antes de atravessar. Só que no Dream Santo Antônio, a gente vai fazer. Normalmente como que funciona? A gente fez o laudo de fauna, que nós apresentamos e nós vamos... Então a gente está ainda na preliminar, nós vamos pré-aprovar. Daqui, nós vamos para CETESB. E a CETESB, ela tem um grupo aonde vai ser encaminhado esse laudo de fauna para verificação se precisa de alguma coisa. Eu fiz um empreendimento aqui lá na zona sul, que houve necessidade de fazer tipo uma aduela embaixo da estrada porque lá tinha bastante macaquinho, então para que eles andassem ali e também nós fizemos aéreo. Aqui vai ser avaliado pela CETESB. O Girotto talvez que entende mais pode dizer, mas aparentemente, pelo que foi encontrado, eu não sei se vai ser necessário esse tipo de medidas mitigadoras.

**SR. RENAN:** Tá, e o segundo ponto que eu fiquei curioso é que adutora, ela está entrando, pelo que eu percebi, ali pelos pontos mais baixos do terreno e eu não observei que tem reservatório em área alta. Se vocês estão prevendo algo assim.

**SRA. BÁRBARA:** Isso. O reservatório, Renan, ele é lá no Jockey. Deixa eu voltar lá no slide, que fica fácil de eu explicar. Espera aí que eu acho que eu passei. Aqui é o Village. Eu não sei qual Village, se é um ou dois, mas tem um reservatório do Village, aqui tem uma área que ela é mais alta. Então lá vai ser feito um reservatório elevado para justamente que a água vá até o empreendimento. Então ele vem pela Rua Cícero, que já está aberta, passa no Dream Santo Antônio e depois distribuir aqui dentro. O Pedro consegue explicar o funcionamento porque, como ele é elevado, ele tem as duas células para abastecimento.

**SR. PEDRO:** Essa área é onde vai ficar o reservatório, ela já é uma área do SAAE. Então foi do próprio interesse do SAAE fazer o reservatório nessa área para eles não terem mais uma área para cuidar. E aí o que eles pediram foi isso para a gente verificar se teria como fazer. E aí tem como atender com o reservatório elevado. Então ele é um reservatório com duas células, que é a célula de baixo, ela também vai ser abastecida, vai ter um volume de reservação, só que ela só vai reservar. Ela não vai alimentar o empreendimento. Aí da célula de baixo vai para a célula superior e aí a célula superior abastece todo o empreendimento. E aí a gente fez toda a verificação de pressão dentro das exigências do SAAE, que fica entre 15 e 40 metros de coluna d'água, que é inclusive, mais restritiva do que a norma, porque a norma exige entre 10 e 50. Então assim, tem um reservatório elevado e está atendendo todas as pressões.

**SR. RENAN:** E ele vai ter a capacidade de chegar no ponto mais alto lá em cima? Porque ele está bem distante. Vocês consideraram isso mesmo?

**SR. PEDRO:** Sim, chegando no ponto mais alto, a gente faz todas as verificações para o reservatório cheio e para ele vazio para a rede dinâmica para rede estática. Vai atender sim. Vai ser por gravidade.

**SRA. BÁRBARA:** Vale a pena só dizer que assim, a gente aprova aqui, mas a gente também está aprovando no SAAE. Então, o projeto de água e esgoto que está sendo aprovado no SAAE e já foi aprovado, ele já foi pré-aprovado. Nós estamos esperando só a alocação do reservatório, porque como o Pedro falou, é um centro do SAAE que tem um reservatório pulmão, tem um poço e nós vamos vir com o elevado. Então a gente está vendo o melhor local, estava até com, se eu não me engano com o Alex, para o Alex ver exatamente onde ficaria. Então tudo isso já foi verificado, sim.

**SR. RENAN:** Não, é que eu fiquei curioso. Eu pensei que talvez tivesse um lá em cima, que vocês não tinham colocado ainda.

**SRA. BÁRBARA:** Não, foi aqui. Num primeiro momento, pensou em ser lá em cima, Renan. Só que assim, quando a gente não tem área urbanizada, que está no nosso entorno, a gente tem dificuldade de passar na área de chácaras. Então a gente acabou fazendo aqui mesmo. E aí vale a pena dizer que assim, no Jockey aqui, não, desculpa, no Village tem um poço e no Villeneuve, que é lá em cima, tem outro. Então eles também pensam no centro de reservação. Se para um, joga para outro, então tem tipo um triângulo que é fechado, sabe? Para que não tenha problema de água nessa... É uma área, que apesar da parte de trânsito, não está tão organizada, ao meu ver, a parte de esgoto, a parte de água, é tranquilo de empreender porque eles estão pensando, são coisas novas, então estão vindo já com esse cuidado.

**SR. RENAN:** Certo, Obrigado.

**SR. PAULO:** Paulo Mancini, da Veredas. Só dando um palpite aí nessa questão que o Renan levantou a respeito da água, a demanda de água é grande, 1131 lotes. E eu acho assim, que seria muito bom que o representante do SAAE fizesse uma exposição sobre o abastecimento de água porque, para esse empreendimento, não está sendo previsto a criação de um poço profundo.

**SRA. BÁRBARA:** Eu estou pagando, Paulo, eu estou pagando o poço. Eu paguei, na verdade, para o Santa Maria do Leme, que é o reservatório, é que assim, a gente traz aqui informações que nós já pagamos, porque o proprietário fez questão de entregar. O poço Villeneuve, o Santa Maria, que antigamente se chamava Santa Maria do Leme, lá no Villeneuve, que foi feito pela RPS também, nós contribuímos. E aí faz esse anel que eu disse. Então tem uma adutora que vem do Villeneuve para o Village e do Village para o Jockey e vice versa, entendeu? Vão e volta a água. Então a gente já pagou o poço nessa localização. Nós vamos pagar o reservatório pulmão. Por isso que deu 3 mil e pouco por unidade e fizemos uma adutora, adutora que fica do Vila do Village para o Villeneuve. E aí, desculpa, só para complementar nesse assunto. O reservatório elevado que a gente faz é para atender todas as unidades e também a gente tem caixa d'água nas casas, porque também um dos problemas que normalmente acontece, não no nosso caso, mas no Aracy, naquela região, muitas casas que não tem a reserva da própria casa.

**SR. PAULO:** Fundamental ter as caixas d'água na casa.

**SRA. BÁRBARA:** Isso.

**SR. PAULO:** A gente já teve problemas em empreendimentos que não fizeram caixa d'água na casa. A gora a preocupação é que a gente sabe que a nossa exploração de água subterrânea ela é, a médio e longo prazo, insustentável. Então é importante que a gente tenha explicações, tanto do SP Águas como do SAAE, para ver como é que está a adaptação nesses poços tal para ver porque a gente não pode pensar em período de dez anos, 20 anos, tem que pensar em período de 50 anos pelo menos, que as populações

vão estar morando nesse local. Mas é claro, não deve ser uma preocupação do empreendedor, mas tem que ser uma preocupação nossa, do COMDEMA.

Agora o que eu queria é manifestar, que na minha primeira fala eu não manifestei, o mesmo sentimento de estranheza que o Laerte manifestou em relação ao parecer dos técnicos da área de meio ambiente na proposta de vocês de colocar os jardins de chuvas no sistema de lazer. Eu acho que é imprudente a gente aprovar agora aqui essa implantação sem antes conhecer o projeto e as razões porque os técnicos indeferiram, mas eu acho que a gente pode rapidamente, o Júnior chamar uma reunião, uma comissão, a gente discutir e eventualmente estar aprovando, inclusive, a difusão de uma parte da drenagem no sistema de lazer, que isso pode ser positivo também, ao invés de fazer outra intervenção em app.

**SRA. BÁRBARA:** São duas, Paulo. O que eu tenho para dizer assim, eu tenho isso notificado, Então eu tenho exigência, vocês podem olhar o que eu apresentei e o que foi exigido. Eu não me oponho em vocês decidirem, porque assim, por mim, se vocês falarem, vamos voltar, eu sou totalmente favorável. Eu propus isso. A única coisa que eu queria evidenciar que assim, a gente demora para vir aqui, a gente demora para analisar projeto, a gente demora para tudo. Então, assim, eu concordo e agradeço sua sugestão, só que eu só queria registrar que, se isso for decidido, que não tem uma nova reunião para eu apresentar tudo de novo por causa de um assunto que eu, de certa forma, estou sendo penalizada. Por isso que eu estou trazendo aqui para vocês com o intuito de evidenciar e fazer melhorias.

**SR. PRESIDENTE:** Ok. Eu só vou passar depois para Priscila e também para o Giroto, Paulo, para a gente avançar, que tem mais uma pauta ainda na reunião de hoje, tá? Você quer complementar rapidamente?

**SR. PAULO:** Que a minha sugestão fica então que a gente possa provar agora a criação dessa comissão e delegar para essa comissão a decisão de aprovar ou não essa alteração. A possibilidade de fazer o sistema de jardim de chuva no...

**SRA. BÁRBARA:** Paulo, posso sugerir uma coisa? Porque assim, o jardim de chuva é algo que eu decido aqui, internamente ao município. O que eu ia sugerir? Que a gente fizesse a aprovação nesse momento, com uma ressalva que, depois do GRAPROHAB, eu volto para apresentar para vocês. E aí, como isso é uma decisão do município, eu verifico isso com vocês. E a questão da drenagem, como é o SAAE que aprova, eu acho que tinha que ter alguém do SAAE se manifestando qual é o melhor jeito para eles, se é lançando intervenção ou não. Eu gostaria de fazer isso só para eu poder continuar meu trâmite de aprovação, por favor.

**SR. PRESIDENTE:** Sim. Bárbara, depois a gente coloca então em deliberação. Vou passar para a Priscila, depois para o Giroto, para a gente dar sequência.

**SRA. PRISCILA:** Boa noite a todos. Eu sou a Priscila, representante do SAAE e sou representante suplente. O titular é o Eduardo Casado, que é o superintendente de operações, que anteriormente era o gerente de drenagem, acho que vocês devem ter tratados muitos assuntos com ele e, infelizmente, hoje ele não conseguiu estar presente, mas estive aqui para ouvir as solicitações que foram feitas pelos conselheiros e até mesmo por você. Então eu garanto que será passado para ele esses questionamentos. Apresentarei a ata da reunião para que, se faça necessário, ele apresentar alguma resposta ou até mesmo o conselho para provocar o SAAE, solicitando um posicionamento quanto às dúvidas que foram levantadas aqui na reunião. Está certo?

**SRA. BÁRBARA:** Perfeito. Agradeço, Priscila.

**SRA. PRISCILA:** Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado, Priscila. Passar para o Giroto.

**SR. GIOTTO:** Só respondendo à questão do Renan sobre as travessias. A travessia subterrânea já é prevista com aquela instalação das aduelas que a Bárbara falou. Com relação à travessia aérea, isso depende da do parecer da CETESB.

**SRA. BÁRBARA:** Gente, mais alguma dúvida? Que nós temos mais uma pauta, mais um empreendimento. Então vai se estender.

**SR. PRESIDENTE:** Mais ninguém? Não? Então, obrigado, Bárbara e toda equipe.

**SRA. BÁRBARA:** Obrigado pelas perguntas e pela atenção.

**SR. PRESIDENTE:** Acho que, de acordo com o que foi tratado, a gente coloca, por encaminhamento, pela aprovação e não aprovação. Sendo aprovado, a gente coloca a questão dos jardins de chuva. Aí a Bárbara apresenta para nós a nova proposta, a gente passa para nossa equipe técnica, devolve também para o

conselho, para o conselho avaliar numa câmara técnica e aí, estando aprovado, é implantado da forma como foi apresentado.

**SRA. BÁRBARA:** Como executivo, Júnior.

**SR. PRESIDENTE:** Isso.

**SRA. BÁRBARA:** Perfeito. Porque assim, desculpa. Mas só para ficar claro, eu não vou mudar a nomenclatura. Eu não posso mudar a nomenclatura. Então é uma questão de execução. Por isso que eu estou pedindo para a gente dar continuidade e, num determinado momento, daqui um mês, a comissão viu e falou que está tudo certo, a gente volta aqui, apresenta e fica documentado onde vai ser feito, se vai ser feito, não vai ser feito.

**SR. PRESIDENTE:** Tudo bem? Então vamos colocar em votação a aprovação ou não aprovação do empreendimento RFL2 denominado Sete Irmãos Dois. Algum conselheiro é contrário à aprovação? Não? Então foi aprovado o empreendimento RFL2, Sete Irmão Dois por unanimidade, ok? Com a ressalva de ser apresentado a questão dos jardins de chuva pela Bárbara passar pelo corpo técnico da Secretaria e também pelo Conselho novamente, ok? Muito obrigado. Agora a gente vai passar para o terceiro ponto da pauta, que é o cumprimento de obrigações do Jardim Progresso. Quem vai fazer a apresentação? Podem vir, por favor.

**SR. GABRIEL:** Boa noite, pessoal. Sou Gabriel da Urba, estou aqui com a Lívia, sou gestor de engenharia. A Lívia, nossa coordenadora de legalização, nós estamos aqui para falar do Residencial Progresso, que foi o empreendimento que nós compramos, nós adquirimos. Se quiser passar aí. A localização do empreendimento. Não sou de São Carlos, mas próximo ao Jardim Cruzeiro do Sul. É isso, né? Isso, na antiga Rádio Progresso. Perfeito, da Clube, certo? Isso, pode passar. Esse é o projeto urbanístico que foi aprovado. E aí só trazendo um histórico para vocês. Pode passar. A gente adquiriu, a Urba adquiriu esse projeto já aprovado e com as obras executadas em outubro de 2022. Na época, então, já tinha sido aprovado tanto na esfera municipal quanto no GRAPROHAB e, em dezembro de 22, a gente fez aí o processo de registro em cartório do empreendimento. A única obra que estava pendente de execução e que a Urba tornou-se responsável foi a implantação de uma estação elevatória.

Então, a partir do ano de 2023, nós fizemos a execução dessa estação elevatória e da manutenção do TCRA. Pois não? Em abril de 23 nós concluímos a estação elevatória e protocolamos o pedido do TVO do empreendimento. E aí a gente teve, em 2012, um parecer daqui dos senhores, do COMDEMA, com relação a alguns estudos, a obrigatoriedade de alguns estudos ambientais durante a fase de implantação do empreendimento. Pode passar. Aqui é só um histórico do parecer. Foi um parecer conclusivo, com algumas diretrizes para serem cumpridas, algumas sugestões para serem cumpridas ao longo do empreendimento. Em março de 2024, a gente recebeu um Comunique-se com a implantação de algumas espécies de arborização viária após a vistoria da Secretaria do Meio Ambiente. Nós fizemos a adequação do paisagismo de arborização viária. Pode passar. E aí apresentamos um relatório também abril de 2024, evidenciando todos os plantios das espécies no Passeio Público. Está aí o relatório que a gente protocolou. E, em junho de 24, nós apresentamos um novo relatório demonstrando todas as conclusões das medidas ambientais e nós recebemos o TVO parcial do empreendimento, ficando então pendente a emissão do TVO definitivo condicionada à implantação das medidas ambientais.

Em janeiro deste ano, nós recebemos o parecer da vistoria realizada no loteamento. E aí uma orientação para a gente retomar aquela sugestão que foi feita aqui no COMDEMA, 2012, para a gente passar a limpo tudo o que foi sugerido lá atrás para a gente trazer aqui para vocês, de modo que fique transparente tudo o que foi sugerido para tudo que a gente está cumprindo aqui, justamente com o objetivo de termos o TVO definitivo do empreendimento. Só volta um pouquinho. Não, é isso.

E aí nós trouxemos aqui os 12 pontos que foram sugeridos lá em 2012, aqui nesse conselho. A Urba não participou do processo de aprovação, tampouco do processo da execução das obras, mas a gente quis trazer aqui ponto a ponto o que foi sugerido por vocês e as nossas respostas. Algumas delas, a gente não teve o acesso completo porque, como eu disse, a gente não participou da execução da obra. Nós compramos o empreendimento pronto, só fizemos a comercialização e estamos aí cumprindo todas as obrigações de legalização de TVO e das garantias, mas trouxemos aqui as respostas.

Então, a primeira questão foi elaborar... Não sei se vocês querem, se eu posso passar rapidamente. Foi a elaboração do EIV. O EIV foi apresentado aí em 2023, apresentar também o PGRCC e aí isso foi uma etapa

durante a obra, também o projeto de coleta de lixo, coleta de materiais recicláveis, isso tudo também foi realizado durante a obra. Puder passar. Elaborar projeto de educação ambiental. Nós identificamos que, durante as visitas que a gente teve no processo, que essas questões foram efetivadas. Apresentar o Projeto de Arborização Urbana, atendendo a lei municipal. A arborização foi implantada seguindo o projeto, então a gente teve o projeto de arborização aprovado. Reexaminar a configuração dos lotes para verificar a possibilidade de aproveitamento do terreno em face as suas características topográficas e evitar o máximo de supressão de árvores.

Então, o projeto urbanístico foi aprovado respeitando todas as diretrizes municipais e ambientais. Acho que isso foi superado durante a aprovação dos projetos. Constar em contrato entre o mutuário e a incorporação a necessidade de implantação e manutenção de poços de infiltração de água pluvial e da manutenção da área permeável de, no mínimo, 15%. O empreendimento atende esse item. Isso está incorporado. Prover as principais vias de acesso e saída do residencial Progresso de ciclovias ou ciclofaixas. Isso nosso projeto não contemplou pois, durante a aprovação da Secretaria Municipal de Habitação e de Trânsito, não foi nos solicitado. Então o projeto não consta com ciclofaixas e ciclovias.

E todas as compensações ambientais devem, prioritariamente, ser voltadas a serviços que promovam a qualidade ambiental da microbacia do Córrego Água Quente. Estão sendo seguidas, as nossas respostas, que estão sendo seguidas as compensações no processo de licenciamento ambiental, tanto no município quanto na CETESB. Então tem mais três pontos, perdão. As áreas verdes devem ser devidamente identificadas com... Foi sugestão de colocar alambrado. Nós implementamos, todas as áreas verdes estão fechadas com alambrado. Implantação de rede elétrica com fornecimento de energia com fiação compacta. O empreendimento atende esse item e atender à exigência do SAAE relativas à distribuição de água e esgoto, o empreendimento também atende esse item, visto que nós já temos até o TVO do SAAE. Então, assim, são esses 12 itens que foram sugeridos pelos senhores, a gente está trazendo aqui minimamente as nossas respostas com o objetivo de passar aqui e fazer a obtenção do TVO definitivo do empreendimento.

**SR. PRESIDENTE:** Então, obrigado. Só esclarecendo. Um dos pontos lá em 2012 foi que, antes da aprovação final, voltasse para o Conselho para fazer essa análise dos pontos que foram colocados. Por isso que a gente está retornando o processo. Apesar da Urba ter adquirido pronto, que algumas etapas já estarem superadas, tá? Então foi essa a colocação, para trazer aqui os pontos que foram mencionados. Alguém tem algum questionamento sobre esses pontos? Laerte. Passar para o Laerte. Depois do Paulo.

**SR. LAERTE:** Laerte, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos. Boa noite. Duas questões só. Uma é aquela área da invasão, que é uma área pública hoje, no próprio loteamento, conversando, lendo, conversando com a nossa amiga Castral. Como é que está aquilo? Eu acho que até uma posição que eu posso supor, aquilo ali já não é nem problema de vocês, tá? Eu entendo que aquilo ali, né, Pedro? Você sabe aonde a gente está falando? Pedro Cavaleiro. É algo que ali tem uma ocupação em toda aquela região. Onde... Não, no prédio, não. O prédio lá em cima ficou bom, o problema é embaixo. Quem sobe pela Miguel, pela Cabrini, ali onde já existem ocupações, na antiga Serrinha, na Serrinha, existem ocupações ali de animais, de construções. E ali embaixo é um processo que até um processo erosivo. Então, em relação aquela área que é invadida com animais.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Você quer que eu respondo?

**SR. LAERTE:** Por favor.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Ali a gente tem um problema... Não, volta a imagem. O Laerte está falando aqui nesse ponto. Ali tem uma linha de alta tensão e tem uma ocupação dessa área super irregular, com cavalo, com vaca. E a gente sabe que aí a gente tem um problema sério, extra oficial de comando. Ali falam que quem tem os cavalos é um dos chefes do PCC. O Flávio Marchesi já fez o plantio nessa área quatro vezes acho, no mínimo quatro vezes. Planta, ele vai lá, arrebenta a cerca e põe os cavalos. Assim, no meu entendimento, hoje isso é uma área pública. Não adianta só a Urba ir lá e plantar que não vai resolver. Quer dizer, eu acho que vai ter que ser uma ação conjunta entre Prefeitura, polícia, entendeu? Porque o cara não tem o mínimo respeito, entendeu? Agora ainda mais, está começando a época da seca. Ele vai pôr o gado dele e os cavalos dele lá para pastar, entendeu?

Quer dizer, ali já para plantar foi difícil porque já era uma área que estava super compactada e meio... Ele achava que aquilo lá é terra de ninguém, entendeu? Então, acho que aí vai ter que ter uma conversa

com a Secretaria de Habitação e com a polícia. É uma área verde. É uma área verde do empreendimento que ele usa.

**SR. LAERTE:** Agora é da Prefeitura.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Hoje é assim, a área verde é da Prefeitura, mas o compromisso é da Urba. É do empreendimento, entendeu? A gente faz boletim, eles fazem Boletim de Ocorrência, faz tudo. Mas assim, o que está se investindo não é pouco ali, né? Não, não tem. A gente não vê um fim para isso enquanto não for lá, catar os cavalos e levar embora.

**SR. LAERTE:** Uma outra questão é os dois tanques de retenção de retenção de água. Tem um perto muito grande, que está próximo a essa área de invasão. Eu não lembro para onde está saindo essa água, se tem dissipador, se tem saída. E o outro é uma um tanque menor, do lado da elevatória. Olhando no Google, certo? Eu tenho só uma preocupação, tá? Como é que está após o dissipador o processo erosivo? Para gente ver se está funcionando aquele dissipador. Eu acho que uma foto não é algo que vai impedir nada, mas vocês estarem indo lá, fazerem fotos dessas duas saídas, que o dissipador com certeza está lá instalado, mas jusante dele, é um processo aí, uma área de solo muito frágil mesmo, todinha erosão, já temos uma erosão aqui, que a gente chama do Buraco do Melo, que gerou uma grande voçoroca, cabe três ônibus em pé. Então é só ali que me chamou a atenção, de nós, da AEASC, para dar uma olhada. Fazer foto e mandar para nós.

**SR. GABRIEL:** A gente manda.

**SR. LAERTE:** Com certeza. Se tiver algum problema, vocês irão, com a maior tranquilidade, fazer as correções necessárias.

**SR. GABRIEL:** Já fizemos uma vez, inclusive, Laerte. Esse foi um objeto de vistoria. A gente foi lá, refez, aumentamos o dissipador, refizemos. Mas sim, a gente pode, pode fazer esse monitoramento aí, acompanhamento por foto, sim.

**SR. LAERTE:** Qualquer coisa você também avisa: estamos indo lá, a gente vê quem quer te acompanhar. A gente vai lá, tá bom?

**SR. GABRIEL:** Combinado.

**SR. LAERTE:** Obrigado, viu?

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado, Laerte. Passa a palavra pro Paulo agora.

**SR. PAULO:** Na foto do Google dá pra ver os cavalos. Bem, boa noite, Paulo Mancini, da Veredas. Até pelos problemas que meus companheiros aqui já apresentaram, a gente vê que, ou o projeto de educação ambiental não foi feito ou se foi feito, ele não produziu resultados ou produziu muito poucos resultados. Então, o que eu acho assim, a gente precisaria verificar no processo que foi feito de educação ambiental e se ele, eventualmente, não foi feito ou foi feito de forma muito precária, eu queria ver se os empreendedores poderiam estar refazendo isso. Hoje em dia, a gente tem no município Conselho Gestor de Educação Ambiental também. Porque os problemas apresentados são problemas ligados a essa temática socioambiental. Então, é fundamental essa relação com a comunidade que vai ocupar a área e que está no entorno da área. Então é essa a minha sugestão.

Em relação aos outros itens, parece que todos foram atendidos, com exceção da ciclovia ou ciclofaixa e aí a responsabilidade parece não ser dos empreendedores, mas então uma advertência para o próprio município, que deve funcionar de maneira integrada, de forma que a Secretaria de Transporte, Secretaria de Habitação, elas têm que olhar o parecer do COMDEMA e fazer as exigências. Se tecnicamente não for possível, então justificar: Olha, COMDEMA, me desculpe, mas tecnicamente, não é possível fazer isso. Mas parece que não é o caso também. Então eu acho que não é o caso de estar responsabilizando agora os empreendedores, mas sim, a própria Prefeitura Municipal. Muito agradecido.

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado. Paulo. Vocês querem colocar alguma coisa sobre a questão da educação ambiental?

**SR. GABRIEL:** Sobre a questão da educação ambiental, acho que é preciso... Eu concordo, viu, Paulo? Vale a pena a gente verificar o que foi feito e se foi efetivo ou não, mas talvez isso talvez seja uma questão isolada de uma pessoa que tem um interesse local ali, que acaba prejudicando o interesse de todos... O coletivo, perfeito. E talvez as pessoas, os moradores da região, eles, como são novos, nós tivemos TVO há pouco tempo, então talvez eles não se apropriaram ainda dessa questão, não entenderam, não criaram esse senso coletivo ainda da importância daquilo ali.

Então eu acho que vem uma questão aí individual. Pode ter sido feito o plano de educação, mas é uma questão individual, com interesse pessoal ali e que nós não estamos vendo maneira de solucionar. Então é só esse ponto que eu queria colocar aí. Talvez se a gente fizer novamente isso tudo de novo, eu não sei se nós vamos conseguir educar quem a gente deve educar, entendeu? Essa é a questão, sabe? São lotes de um... Está começando a construir. Perfeito, isso.

Então eu acho que assim, daqui um tempo, as pessoas vão gerar esse senso de bairro, de pertencimento e aí sim, eu acho que isso vai criar uma sinergia para que aquilo não ocorra. Até porque os cavalos, os animais que estão ali, eles às vezes, escapam e prejudicam o bairro como um todo. Então não é só a área verde que eles estão ali inseridos, mas é a comunidade como um todo.

**SR. PAULO:** Eu queria sugerir. Sobre a questão aí, a gente, ano passado a gente vistoriou essas casas que estão à direita, ou seja, a oeste, tivemos erosões pegando a lateral das casas. E aí houve ações, etc. Quando a gente esteve lá, nas diversas ocasiões, aparecia sempre um indivíduo e falava assim: Eu deixo vocês entrarem aqui porque isso aqui é minha área. Que eu acho que ele está ligado com os cavalos. Agora, isso pega a parte aqui no noroeste também, eu vi cavalos lá. Nós tivemos, no ano passado, incêndios no morro, que é mais pra cá, mais para o oeste, sul, oeste, pegando, quase chegaram nas casas as chamas, trabalhamos toda uma noite lá.

Então assim, o que eu... Aqui eu vou chegar. Eu sugeriria vocês fazerem uma reunião com a Secretaria de Segurança Pública levar o problema, porque eu acho grave, porque assim, 'eu permito que você entre'. E ainda a gente tem que ir com bota alta porque tem carrapato. Os cavalos trazem carrapato e vai chegar o momento que você vai querer vender o lote, a pessoa vai chegar lá, vai sair correndo quando ele sentir que está subindo o carrapato. Então, assim, eu acho assim, sugeriria conversar com a Secretaria de Segurança Pública, ver que podia ser feito. Eu até vou dizer. Eu, o ano passado, o meu secretário era o coronel Samir, a gente levou esse problema e eu lembro que ele falou assim: Eu vou pegar minha arma, já vou lá solucionar logo com esse cara. E não, não, perai, não é assim, não sei o quê. Mas assim, é um problema, é um problema social, eu vejo grave porque eles podem chegar a ocupar lá e, quando você for vender, não te vai deixar vender.

**SR. GABRIEL:** Traz um problema comercial para gente.

**SR. LAERTE:** Eu assim, na minha experiência, primeira coisa, conversar com a Secretaria de Segurança Pública. E aí ver o que eles vão determinar. Porque eles chegando mais lá, eles vão saindo. Eles vão mudar de área. Mas é importante. Nessa área aqui leste, paralela à Morumbi, acho que é a Avenida Morumbi, a gente entrou também lá pra fazer vistoria na nascente do córrego Água Quente. Encontramos carros que tinham sido roubados e estavam depenados. Então assim, tem que ficar de olho, porque senão vira uma área sem domínio legal.

**SR. GABRIEL:** Perfeito. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE:** Tem a Priscila, depois o Renan, e aí depois eu acho, por conta do horário, a gente já tá bem avançado.

**SRA. PRISCILA:** Boa noite, Priscila do SAAE. Reiterando o que o Pedro já havia proposto, eu sugiro que converse também com o Departamento de Controle e Defesa Animal da Prefeitura, que eles já têm, provavelmente, já deve ter um processo aberto para notificação do dono desses animais para fazer a retirada da área. E as outras questões também complementar a questão da segurança pública, que é uma operação conjunta. Quando a gente vai fazer esse tipo de trabalho, eu trabalhei na fiscalização da defesa animal por um tempo. Então a gente combina uma operação, não só com a segurança pública, mas com outros órgãos e aí a gente consegue fazer o levantamento de quem são esses animais, a responsabilização, para que não tenha mais esses problemas. Tá bom?

**SR. GABRIEL:** Perfeito. Obrigado, Priscila.

**SR. PRESIDENTE:** Obrigado, Priscila. Renan.

**SR. RENAN:** Bem rapidamente. Obrigado pela apresentação. Primeiro, só retomar. É uma questão mais ampla, acho que da importância desse conselho lembrar da questão de planejar essa microbacia, que a gente vê que é uma bacia extremamente fragilizada, com problemas sociais, problemas ambientais, a questão é mais ampla do que o próprio loteamento está discutindo. A gente já encaminhou aqui não segurar empreendimentos até ter esse planejamento, mas que não se perca de vista esse enfoque, esse detalhamento dessa área dada todas essas problemáticas que a gente vê.

E só queria reforçar, então, a questão de que o Mancini trouxe, de ser favorável à aprovação do empreendimento com essa ressalva, da gente resgatar como é que foi esse projeto de educação ambiental, como é que ele aconteceu e reforçar nessa temática, que eu acho que a gente está falando de um conflito pontual, mas a gente sabe que existe todo um contexto do entorno também e tal. Então acho que é uma questão bem relevante. Obrigado.

**SRA. LÍVIA:** Só respondendo especificamente a esse último item... Especificamente a esse segundo item, nós acatamos a sugestão da Secretaria do Meio Ambiente e assumimos um termo de compromisso em que a gente tem que apresentar durante 24 meses relatórios trimestrais. Então a gente também se compromete para não impactar a emissão do TVO, apresentar junto com esses relatórios já com esse termo vigente.

**SR. PRESIDENTE:** Acho que é até interessante pela ocupação agora, de repente, estar acompanhando ali o pessoal fazendo um projeto de educação ambiental, tentando resolver esse impasse que tem, particular, mas quem sabe melhorando a questão ambiental para os demais. Pessoal, mais alguma colocação?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA:** Eu quero falar da situação dos cavalos dessa pessoa que ninguém consegue tirar de lá. Então a gente espera que se resolva. E o Pedro colocou também alguma coisa, mais abaixo você encontra carro desmontado. Então dá para imaginar o perigo de vocês montar esse loteamento e colocar pessoas nesse loteamento tendo todo esse problema social e violento, digamos assim. Então, são coisas que realmente tem que se resolver antes de você começar a vender as casas naquele local, porque depois vem aquele: porque esse bairro tem bandido, porque este bairro tem isso. Mas você não pode vender casas para pessoas diante de situações a volta, em torno.

**SR. PRESIDENTE:** Mas o Agnaldo tem uma informação que talvez ajude.

**SR. AGNALDO:** Boa noite, Agnaldo, da Secretaria de Habitação. Nós estamos em acordo com a polícia. Eles vão montar o segundo batalhão no antigo prédio da Rádio Progresso. Então ali vai ter o segundo Batalhão da Polícia. Eles estão acertando para montar lá, a gente já tem um projeto, está em execução.

**SR. GABRIEL:** Inclusive, a Urba está ajudando.

**SR. AGNALDO:** Vocês entraram, nós tivemos uma reunião juntos, vocês estão dando uma contrapartida financeira.

**SR. GABRIEL:** Exatamente. Nós estamos ajudando. Na antiga associação da sede da rádio. Então, nós estamos ali, inclusive, ela estava toda depredada, no momento que nós fizemos uma vistoria inicial, ela tinha cobertura, hoje já não tem nem cobertura, mas nós estamos dispostos porque, do nosso lado como empreendedor, comercialmente também é ruim. Nós não queremos criar um bairro e colocar o nosso nome no bairro, que seja um bairro com ligado a qualquer outro tipo de facção ou enfim. Então nós temos essa preocupação e estamos dispostos, juntamente com a Secretaria de Habitação e a Polícia Militar, para construir o Segundo Batalhão. Já falamos com o Tenente. Enfim, estamos dispostos, tá bom?

**SR. PRESIDENTE:** Bom, acho que gente tem uma definição para o local. Com a implementação do Batalhão da Polícia Militar, talvez ali a gente resolva isso. Podemos passar pra cumprimento ou não cumprimento das obrigações para votação e deliberação? Sim?

Bom, então vamos lá só pra gente cumprir o protocolo. O COMDEMA entende que foram cumpridas as recomendações de 2012 ou não foram cumpridas. Alguém entende pelo não cumprimento? O Paulo Mancini? Sim, sim, sim. Então assim, foi unânime a questão do cumprimento e as ressalvas, a questão da educação ambiental, que eu acho que foi um ponto que foi colocado, que vai estar vinculado aos relatórios da apresentação conforme foi explanado aqui, na exposição. Isso. E também a verificação da drenagem, os dois dissipadores, com imagens fotográficas, conforme foi colocado. Tudo bem? Então, obrigado pela presença de todos. Tem um feriadinho na quinta-feira que dá pra descansar. E parabéns.